

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

MARIANA OLIVEIRA MATOS

**A PORTA DA RUA É A SERVENTIA DA CASA: A NEGAÇÃO DO DIREITO À
CIDADE PARA JOVENS EGRESSOS DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO
EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP**

**THE FRONT DOOR IS THE SERVICE OF THE HOUSE: TRAJECTORIES OF
INVISIBILITY AND THE DENIAL OF THE RIGHT TO THE CITY FOR YOUNG
PEOPLE LEAVING INSTITUTIONAL CARE IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP**

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP
2026

MARIANA OLIVEIRA MATOS

**A PORTA DA RUA É A SERVENTIA DA CASA: A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE
PARA JOVENS EGRESSOS DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO EM SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS - SP**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como complementação dos créditos necessários para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Andrade de Aquino.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali.

São José dos Campos, SP
2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Matos, Mariana Oliveira
A porta da rua é a serventia da casa: a negação do direito à cidade para jovens egressos das instituições de acolhimento em São José dos Campos - SP / Mariana Oliveira Matos; orientador, Luiz Carlos Andrade de Aquino; co-orientadora Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali. - São José dos Campos, SP, 2026.
117 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Jovens egressos. 3. Direito à cidade. 4. Injustiça espacial. 5. Políticas públicas. I. Aquino, Luiz Carlos Andrade de, orient. II. Papali, Maria Aparecida Chaves Ribeiro, co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Mariana Oliveira Matos, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 19 de Maio de 2026.

Mariana Oliveira Matos

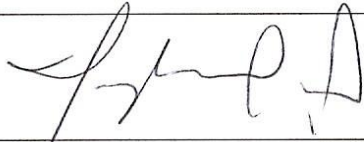

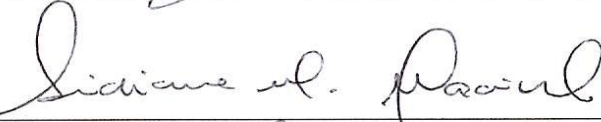
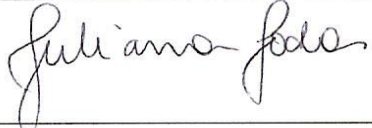
Autor(a) da Obra

Data da defesa: 04 / 03 / 2026

MARIANA OLIVEIRA MATOS

**“A PORTA DA RUA É A SERVENTIA DA CASA: A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE PARA JOVENS
EGRESSOS DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP.”**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Carlos Andrade de Aquino	
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali	
Prof.ª Dr.ª Lidiane Maria Maciel	
Prof.ª Dr.ª Juliana Jodas - Unicamp	

Prof.ª Dr.ª Juliana Ferreira Strixino

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 04 de março de 2026.

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo aos meus colegas de trabalho, parceiros de angústias e esperanças no cotidiano do SUAS, que buscam uma perspectiva humana em detrimento das fendas do sistema. Aos jovens que cruzaram meu caminho no CREAS, saibam que vocês são a razão desta busca, que são protagonistas de resistências invisíveis. Espero que este registro seja um manifesto contra o seu silenciamento. Àqueles que virão depois de nós, na esperança de que a "porta da rua" deixe de ser um mero abismo e passe a ser caminho.

AGRADECIMENTOS

Aos envolvidos nessa jornada real e intensa, mas que nunca me negaram afago e afeto. À Deus, ao universo e a toda energia que me rodeia. À Gabriel, meu companheiro, que foi o meu maior incentivador para que eu chegasse até aqui. Você é a experiência mais leve que já tive em toda vida.

À minha família, Adriana, Alexandre e Marina, por serem a minha base e por me ensinar que a luta não se faz sozinha. Sou grata também a Alessandra e Marco, meus sogros, por estenderem as mãos e me fortalecerem nesta caminhada, como uma incrível rede de apoio.

À Mayana, minha colega de turma, por sua parceria em dias de incerteza. Aos professores e professoras do Planejamento Urbano, Lidi, Vivi, Bete, vocês foram a melodia que meus ouvidos precisavam ouvir para manter o encanto pela ciência; obrigada por partilharem saberes com tanta generosidade e força.

De maneira muito especial, aos meus queridos e competentes orientadores, Aquino e Papali.

Aos meus amigos que conquistei no trabalho, Gabriel, Elaine, Raquel, Duda, Aline, Fernanda, Erika, Rodrigo, Mada, Orlanda, por suas parcerias e por formarmos uma equipe essencial e humana. De maneira especial, a Aline Vitória e ao Fabiano, nossos encontros são pra vida.

Às minhas tão amadas amigas da graduação e da vida, Fer, Eva e Isa, que me ensinaram — e me ensinam até hoje — que é caminhando que se faz o caminho; e que bom poder contar com vocês para narrar minha trajetória no enredo de todas as fases já vividas.

E, de forma incondicional, agradeço à minha filha, Mariah, a luz da minha vida. Tudo foi feito por você. Espero que um dia entenda a minha ausência neste período. A “mama” te ama ao infinito e além, daqui até a lua “idi e volta”.

Indo além agradeço a todos que contribuíram, sendo diretamente ou indiretamente, para este sonho hoje se tornar realidade - depois de quase muitas

desistências -. Não sei se consegui atingir à todas e todos que me rodeiam, mas saibam que estão sempre no meu pensamento e coração.

Esse estudo só foi possível com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, sendo assim agradeço o apoio e financiamento.

*Milhões de brasileiros não tem teto, não tem chão
Eu sou apenas mais um na multidão...¹*

¹ Trecho retirado da música “A Família”, do grupo de rap Castelo de Madeira.

RESUMO

A presente dissertação tem como foco a experiência individual e coletiva do desligamento de jovens nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) em São José dos Campos/SP, em cumprimento à legislação que determina a descontinuação do acolhimento quando estes atingem a maioridade civil. Neste percurso, analisaremos que a "porta da rua", marco do encerramento da tutela estatal, configura-se frequentemente como um processo de expulsão e negação do direito à cidade. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a reintegração urbana e social desses jovens egressos, com foco na forma como a cidade os acolhe e quais são os espaços por eles ocupados e, também, na análise da eficácia (ou ausência) das políticas públicas de transição. Para que seja possível a realização desta pesquisa, usaremos a abordagem qualitativa fundamentada na História Oral resgatando memórias e trajetórias de vida que revelam os desafios da autonomia em um território marcado pela segregação. A análise qualitativa será realizada a partir das experiências de vida desses jovens que foram desligados das instituições de acolhimento, buscando compreender como o planejamento urbano de São José dos Campos e a oferta de serviços públicos dialogam - ou silenciam - as necessidades deles. A rápida reintegração ao território de jovens que saem de serviços de acolhimento pode gerar conflitos relacionados a sua identidade e autonomia. Os resultados indicam que a transição abrupta para a vida adulta ocorre sob uma política de descarte e esquecimento, onde a falta de suporte empurra o egresso para "não-lugares" e para estratégias de sobre(vivência) informais. Conclui-se que o desligamento, sem o devido planejamento urbano, reproduz injustiças espaciais e fomenta a invisibilidade, transformando a autonomia em uma vivência de desamparo e desconhecimento territorial.

Palavras-chave: planejamento urbano; jovens egressos; direito à cidade; injustiça espacial; políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the individual and collective experience of young people transitioning out of Institutional Care Services for Children and Adolescents (SAICA) in São José dos Campos/SP, in compliance with the legislation that mandates the discontinuation of care upon reaching legal adulthood. Throughout this study, we analyze how the "street door"—the landmark of the end of state guardianship—frequently constitutes a process of expulsion and the denial of the right to the city. The research aims to analyze the urban and social reintegration of these care leavers, focusing on how the city receives them, the spaces they occupy, and the efficacy (or absence) of public transition policies. To conduct this research, a qualitative approach based on Oral History was employed, recovering memories and life trajectories that reveal the challenges of autonomy in a territory marked by segregation. The qualitative analysis is drawn from the life experiences of these young people who were discharged from care institutions, seeking to understand how the urban planning of São José dos Campos and the provision of public services dialogue with—or silence—their needs. The rapid reintegration into the territory of young people leaving institutional care can generate conflicts related to their identity and autonomy. Results indicate that the abrupt transition to adulthood occurs under a policy of disposal and neglect, where the lack of support pushes care leavers toward "non-places" and informal survival strategies. It is concluded that discharge, without proper urban planning, reproduces spatial injustices and fosters invisibility, transforming autonomy into an experience of helplessness and territorial estrangement.

Keywords: institutional care; care leavers; right to the city; social reintegration; São José dos Campos, SP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Roda dos Expostos no Museu da Santa Casa de Misericórdia.....	38
Figura 2 - Divisão de Zonas de São José dos Campos.....	45
Figura 3 - Passeio das Crianças e Adolescentes em Comemoração à Aprovação do ECA na Câmara Municipal (12/10/1990).....	48
Figura 4 - Localização das Instituições de Acolhimento Institucional para adolescentes em São José dos Campos/SP (2025).....	50
Figura 5 - Percentual de Jovens (15 a 29 anos) por Setor Socioeconômico em São José dos Campos.....	61
Figura 6 - Dispersão dos egressos no período pós-acolhimento.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades de Acolhimento Institucional em São José dos Campos.....	54
Quadro 2 - Dados sintetizados da segregação periférica em São José dos Campos....	62
Quadro 3 - Setores periféricos e a caracterização da injustiça espacial por região.....	63
Quadro 4 - Caracterização dos participantes da pesquisa.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores Sociodemográficos de São José dos Campos, SP.....42

Tabela 2 - Variação da População Jovem em São José dos Campos: 2010-2022.....44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAR – Associação de Pais e Amigos dos Adolescentes em Risco

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

FNDCA – Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

FUNDHAS – Fundação Hélio Augusto de Souza

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais, identidades e expressões de gênero

ONGs – Organizações Não Governamentais

OSC – Organização da Sociedade Civil

PDE – Plano Diretor Estratégico

PMIA – Plano Municipal para a Infância e Adolescência

SAICAs – Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes

SAM – Serviço de Atenção ao Menor

SASC – Secretaria de Apoio Social ao Cidadão

SUS – Sistema único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba

APRESENTAÇÃO

A motivação para este estudo surgiu por conta da curiosidade em relação à demanda do serviço para jovens durante a graduação e da experiência da autora como Assistente Social de um Centro de Referência Especializado de Serviço Social (CREAS) em São José dos Campos/SP.

Esta reflexão iniciou em 2019, quando desenvolvi meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social, e desde então, diversas questões me acompanham no processo de trabalho: 1. Como a vivência na instituição de acolhimento influencia a trajetória de vida desses jovens após a saída? 2. De que forma essa experiência é vivenciada na construção de suas identidades? 3. Qual o significado de ter passado um período ou então sua vida toda estando nessas instituições? 4. Até que ponto a instituição se torna uma referência identitária, mesmo após o desligamento desse jovem?

Diante do cotidiano profissional, passei a me questionar em relação aos adolescentes nas instituições de acolhimento, me indagando para onde iria aqueles que completam a maioridade civil? Passei a me perguntar se a cidade os acolheria após esse processo transicional e muito abrupto.

Ao conversar com os adolescentes que são acompanhados no equipamento que hoje atuo, é visível as expressões de confusão e ansiedade em relação ao que acontecerá quando completarem 18 (dezoito) anos de idade.

A realidade para os que são destituídos do poder familiar após a primeira infância é além de difícil, sem perspectiva de uma “nova vida” fora do acolhimento. Essa situação gera um sentimento de incerteza e medo nesses jovens, que se intensifica à medida que se aproximam da maioridade, tornando a falta de um lar permanente ainda mais evidente.

E ao pensarmos no papel do Planejamento Urbano, podemos ampliar o repertório de políticas públicas para além da habitação, garantindo uma transição com

mais dignidade para esse público.

O interesse em cursar o mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), surgiu em detrimento do contato com muitas adversidades nas áreas de atuação profissional relacionadas ao planejamento urbano, com ênfase na questão de políticas públicas para a juventude em situação de vulnerabilidade socioeconômica e emocional.

A linha de pesquisa escolhida para seu desenvolvimento, dentro do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UNIVAP, foi “Planejamento, Espaço e Cultura”, uma vez que o planejamento em políticas públicas para a reintegração dos jovens e de perceber através da experiência subjetiva como isso é construído a partir da ótica deles. O foco principal é entender os desafios que esses jovens enfrentam em diferentes espaços do município, a fim de se observar lacunas no que tange acesso às políticas públicas.

Nesse sentido, a pesquisa se torna importante, principalmente nas discussões do Planejamento Urbano do município, pois avaliamos que dentro da dinâmica social, o segmento da adolescência vulnerável frequentemente encontra-se à margem das prioridades do sistema capitalista e dos ambientes de discussões políticas.

Hoje atuo como referência técnica em trabalho infantil e de medidas socioeducativas, no CREAS e com base nessa experiência, percebo que os acolhimentos, por si só, não são os únicos responsáveis pela preparação dos adolescentes para a vida adulta. Na verdade, é a combinação de vários elementos e órgãos de proteção que criam uma lacuna em relação à autonomia dessa população.

A preparação para a autonomia é um processo complexo que exige a articulação efetiva da rede intersetorial. Nesse sentido, é necessário compreender a interseccionalidade, a partir do que ela traduz as relações através das diferentes formas de opressão que atravessam o corpo e a trajetória dos indivíduos. Sob essa ótica, discriminações de raça, gênero e classe não apenas se somam, mas se fundem, criando vulnerabilidades específicas e dinâmicas de poder exclusivas. Akotirene (2019). considera que as estruturas de opressão não operam de forma isolada, mas

se sobrepõem de maneira inseparável.

Quando se observa que a falta de infraestrutura urbana e as políticas públicas insuficientes que continuam a direcionar esses jovens para as margens da sociedade, inicia-se o processo de escolha do território. Optei por São José dos Campos, por ser minha cidade natal, território de atuação profissional e por me sentir mais confortável para dialogar sobre a temática. Aliás, o município de São José dos Campos é reconhecido no Brasil justamente por ser dotado de “selos de qualidade”, como “a primeira cidade inteligente do Brasil”, sim, mas inteligente para quem?

Cabe questionar: quais são as lentes que estão sendo usadas para reafirmar conteúdos de excelência nacional quando se tem jovens em situação de rua, sem acesso à educação de qualidade, sem perspectiva de empregabilidade e vivendo em condições de moradia precárias?

Essa contradição entre a imagem de modernidade e as realidades vividas pelos jovens egressos dos serviços de acolhimento torna-se o ponto de partida para a análise das desigualdades sociais e espaciais que a pesquisa busca explorar.

*[...] Ah, os que quisemos
preparar terreno para a bondade
não pudemos ser bons.
Vós, porém, quando chegar o momento
em que o homem seja bom para o homem,
lembrai-vos de nós
com indulgência.*

Bertolt Brecht (Tradução Manuel Bandeira)²

²Bertolt Brecht (1898-1956) foi um destacado dramaturgo, poeta e ativista político alemão do século XX. Manuel Bandeira (1886-1968) foi um poeta, crítico literário e de arte, professor de literatura e tradutor brasileiro.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
1.1	OBJETO DE ESTUDO.....	23
1.2	HIPÓTESE.....	24
1.3	OBJETIVO GERAL	24
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	24
1.5	METODOLOGIA	25
1.5.1	Abordagem da Pesquisa	25
1.5.2	Estratégias e Instrumentos	25
1.5.3	População e Amostragem	26
1.5.4	Trabalho de Campo	27
1.5.5	Procedimentos de Coleta de Dados	28
2	ALGUMAS PERSPECTIVAS DO PLANEJAMENTO URBANO PARA PENSAR ABRIGAMENTO	31
3	A POLÍTICA DE ATENDIMENTO INSTITUCIONALIZADO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL	37
4	DA INSTITUIÇÃO AO ASFALTO: DINÂMICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	42
4.1	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: A DEMANDA POR ACOLHIMENTO NA CIDADE INDUSTRIAL	45
4.2	O PAPEL DA CRUZADA ASSISTENCIAL PADRE JOÃO GUIMARÃES	47
5	A ARQUITETURA DO ABANDONO: A ESTRUTURA DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	53
6	A VOZ DO JOVEM EGRESSO	70
6.1	A PORTA DA RUA É A SERVENTIA DA CASA: URBANIZAÇÃO, INVISIBILIDADE E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE PARA JOVENS EGRESSOS DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP.....	73
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE A - ENTREVISTAS	102
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS	106
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA	107
	APÊNDICE D – TCLE	108

ANEXO A - CAPA DO JORNAL EXPRESSÃO: EDIÇÃO ESPECIAL "PADRE JOÃO – UMA VIDA DE DOAÇÃO"	110
ANEXO B - TERCEIRA PÁGINA DO JORNAL EXPRESSÃO: EDIÇÃO ESPECIAL "PADRE JOÃO – UMA VIDA DE DOAÇÃO"	111
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UNIVAP (CEP – UNIVAP), CAAE: 89229525.2.0000.5503.....	112

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação parte do pressuposto de que a dificuldade de reinserção social de jovens egressos está ligada à forma como o espaço urbano é produzido e reproduz as desigualdades. O propósito deste estudo é, portanto, analisar e compreender como os jovens que saem dos serviços de acolhimento institucional em São José dos Campos/SP vivenciam esse processo de reinserção, considerando o papel do planejamento urbano e a ocupação do espaço. Para alcançar esta compreensão, a pesquisa propõe-se a caracterizar a política de acolhimento local, identificar como as políticas públicas influenciam a vida desses jovens e discutir as potencialidades e obstáculos enfrentados no pós-acolhimento.

O título desta dissertação, "A porta da rua é a serventia da casa", não é meramente uma escolha qualquer, ele remete ao ditado popular usado para sinalizar a expulsão de um lugar ou até mesmo o descarte. Nesse ditado fica claro que "quem está descontente que se retire", no que diz respeito à pesquisa, a "porta" representa o marco dos 18 anos, o desligamento das instituições de acolhimento, enquanto a "rua" deixa de ser um espaço de liberdade para se tornar o cenário da negação do direito à cidade. Aqui a ironia é que o jovem não está descontente; ele é "convidado" a sair pela lei (maioridade), mesmo sem ter para onde ir. Para o jovem egresso de São José dos Campos, a serventia da casa acaba justamente onde começa a sua invisibilidade urbana.

A política de proteção à criança e ao adolescente no Brasil tem como marco principal o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069/1990 (Brasil, 2025a). Esta legislação inaugurou a Doutrina da Proteção Integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos. Contudo, ao analisarmos a realidade prática, surge uma lacuna crítica nas políticas públicas: o processo de transição para a maioria daqueles que se encontram institucionalizados.

Essa visão ainda se complementa pela Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU de 1989 (UNICEF Brasil, 2025), que reforça essa perspectiva

internacionalmente, entendendo crianças como sujeitos plenos de dignidade e direitos humanos. A Doutrina da Proteção Integral, reforçada por outros dispositivos como o Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852/2013), amplia essa compreensão para o público jovem, considerando juventude a faixa etária de 15 a 29 anos e exige que o Estado, a sociedade e a família garantam a esses indivíduos o acesso prioritário a direitos básicos para seu pleno desenvolvimento.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de dar visibilidade a uma população frequentemente estigmatizada e invisibilizada. Baseando no conceito de espaço de Santos (1996), compreendemos que o ambiente molda as práticas sociais; para um jovem que cresceu institucionalizado, o desligamento por maioria empurra-o numa realidade que ele não ajudou a construir, gerando o que Santos denomina como uma "vigorosa alienação".

A escassez de diálogos acadêmicos entre o planejamento urbano e a realidade deste grupo específico reforça a urgência em construir novos saberes que possam subsidiar políticas públicas capazes de garantir o direito à cidade e a um futuro autônomo.

Ao explorar as narrativas destes sujeitos, pretendemos romper com visões adultocêntricas que reduzem a juventude a uma mera "fase de transição", ignorando o seu protagonismo social. Neste estudo se faz necessário aprofundar a compreensão sobre o egresso, sendo fundamental dialogar com a Sociologia da Juventude, especialmente com as contribuições de Groppo (2017) e Novaes (2007).

Conforme analisa Groppo (2017), a sociologia da juventude de matriz tradicional, instituiu o jovem a partir de uma perspectiva normativa e biológica. Para essa corrente, a juventude não era compreendida em sua pluralidade, mas sim como uma etapa de desenvolvimento.

Segundo o autor, essa concepção clássica pode ser sintetizada em quatro pilares fundamentais:

- 1) a juventude é uma faixa etária (ou categoria etária) definida, precisa: deste modo, a juventude, assim como as demais categorias etárias, são imaginadas como tendo caráter natural, universal e evidente;
- 2) a juventude é uma transição à vida adulta: ASSIM, A JUVENTUDE NÃO INTERESSA TANTO PELO QUE É, MAS PELO QUE SERÁ ou o que deveria ser quando seus membros se tornarem adultos;
- 3) a juventude está intrinsecamente ligada ao processo de socialização, processo tratado como “a imposição de padrões sociais à conduta individual” (Berger; Berger, 1977, p. 204), de modo que, a princípio, a juventude está destinada a repetir os padrões e normas sociais estabelecidos;
- 4) a juventude tem grande potencial de ser levada à “anormalidade” ou “desvio”, pois é uma fase muito sensível: deste modo, as experiências de viver a juventude como valor em si mesmo, ou os casos em que os jovens transgridem os padrões e normas esperados pela socialização, tendem a ser vistos pela sociologia da juventude tradicional como “anormalidade” e “desvio”, como expressão e/ou sintoma de uma patologia social. (Groppo, 2017, p. 23-24), destaque nosso)

Esses dois autores analisam a juventude enquanto uma construção social recente e heterogênea. Ressaltando que as juventudes são vivenciadas de MANEIRAS DISTINTAS conforme o contexto de classe e raça, o que impede uma análise universalizante. O advento do Estatuto da Juventude, impõe - diante da legislação -, que o jovem saia da invisibilidade jurídica e o coloca - ou deveria - colocá-lo como sujeito de políticas públicas específicas. No entanto, não é o que se observa na realidade.

A problemática aqui delineada expõe que, embora a lei estabeleça diretrizes de proteção, a falta de especificidade sobre o desligamento permite que a lógica do "território como mercadoria" (Villaça, 1998) prevaleça, marginalizando jovens adultos num sistema de competição social e capitalismo selvagem.

Nesse contexto, o jovem egresso de longos períodos de institucionalização é lançado em um sistema de competição social intensa, para o qual muitas vezes não foi preparado. Ele passa a enfrentar as multifacetadas da "questão social" - aqui compreendida, conforme Iamamoto (2003), como o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista que vive um ciclo, onde a produção é social mais a apropriação dos frutos permanece privada e monopolizada por uma parte da sociedade. Essa estrutura

marginaliza o jovem egresso, impactando profundamente a construção de sua identidade e negando-lhe, em última instância, o pleno direito à cidade.

A presente dissertação parte do pressuposto de que essa dificuldade de reinserção social está diretamente ligada à forma como o espaço urbano é produzido e reproduz as desigualdades. Para isso, buscamos romper com visões eurocêntricas e adultocêntricas que historicamente marginalizam grupos vulneráveis.

Tais visões, que reduzem a infância e a juventude a meras "fases de transição", ignoram o protagonismo desses indivíduos como produtores de cultura e de relações sociais, conforme a Sociologia das Infâncias (Corsaro, 2011). É fato de que essa régua medida pelo "adultocentrismo" é algo que encontramos em larga escala na sociedade, e que romper com essa lógica eurocêntrica muitas vezes pode parecer irrelevante.

1.1 OBJETO DE ESTUDO

O objeto central deste estudo consiste na análise do processo de desligamento institucional por maioria de jovens egressos dos serviços de acolhimento em São José dos Campos/SP.

Não se trata apenas de analisar a saída formal dessas instituições, mas de investigar as interdições e quais mecanismos de sobrevivência que fazem com que esses sujeitos tomem decisões diante de um espaço urbano que reproduz marginalizações e segrega essa população. No caso, como a tutela estatal se encerra aos 18 anos sem a efetivação da autonomia, e a ausência de políticas públicas de reinserção convertem a "porta da rua" em um mecanismo de descarte e criminalização, esse acontecimento força o egresso a negociar sua própria subjetividade, saúde mental e liberdade em troca de permanência territorial e moradia precária.

1.2 HIPÓTESE

Diante das diversas facetas urbanísticas de inabitabilidade para o jovem pobre, esta pesquisa parte da proposição de que o desligamento institucional por maioria em São José dos Campos constitui um ponto cego estratégico da gestão municipal. O egresso deixa de ser plenamente um "sujeito de direitos" para se tornar um operador de táticas cotidianas, vendo-se obrigado a negociar o próprio corpo, sua saúde mental e sua liberdade em troca de moradia e inserção territorial mínima.

Tal lacuna manifesta-se na perpetuação da exclusão e da marginalização, por meio da ausência de políticas públicas que planejem a reinserção efetiva desse grupo sob a lógica do Direito à Cidade. Evidencia-se, assim, que a "porta da rua" é, em última análise, a serventia de uma casa que não planeja a emancipação do sujeito, mas apenas a gestão administrativa de sua sobrevivência até o limite legal da maioria.

1.3 OBJETIVO GERAL

Analisar e compreender o como os jovens egressos dos serviços de acolhimento institucional em São José dos Campos - SP vivenciam o processo de reinserção social, levando em consideração o papel do planejamento urbano, as políticas públicas e a produção e ocupação do espaço.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a política de acolhimento institucional no município;
- Analisar o processo de reinserção social a partir da experiência vivida de jovens egressos do sistema de acolhimento institucional em São José dos Campos/SP, incluindo a análise dos significados de suas experiências nos processos de longa

institucionalização;

- Identificar e caracterizar a ocupação e a produção do espaço, bem como as políticas públicas existentes no município, que possam influenciar a reinserção desses jovens;
- Discutir as potencialidades e as dificuldades vivenciadas pelos jovens pós acolhimento institucional.

1.5 METODOLOGIA

1.5.1 Abordagem da Pesquisa

Esta investigação fundamenta-se na pesquisa qualitativa de caráter exploratório, utilizando a História Oral como método central para compreender e investigar as experiências subjetivas dos participantes. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa orienta-se à análise de casos concretos em suas particularidades locais e temporais, partindo das vivências das pessoas em seus devidos contextos. O campo de estudo é o município de São José dos Campos/SP, e os sujeitos da pesquisa são jovens egressos dos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (SAICAs) que completaram a maioria durante o acolhimento.

1.5.2 Estratégias e Instrumentos

Esta pesquisa compreende estratégias como:

- Revisão bibliográfica e documental: com foco o período de dez anos (2000-2025), bem como documentos que acrescentam à pesquisa, que possam derivar dessa periodicidade;
- Diário de campo: Registros das observações da pesquisadora durante o processo;
- Entrevistas semiestruturadas: Realizadas em duas etapas. A primeira, de

caráter exploratório, contou com 3 jovens voluntários. A segunda fase utilizou a amostragem do tipo Bola de Neve (*Snowball Sampling*), visando atingir um total de 15 participantes.

1.5.3 População e Amostragem

O uso do método de seleção dos entrevistados foi de bola de neve (*Snowball Sampling*), segundo Dewes e Nunes (2013, p. 11), a amostragem em bola de neve é uma técnica utilizada para "estimar características de populações raras ou de difícil acesso", uma vez que, após o desligamento, os vínculos com as instituições são rompidos, dificultando sua localização por meios tradicionais.

Assim, cada participante inicial atuou como informante, indicando novos sujeitos dentro de sua rede social, permitindo que a pesquisadora estabelecesse contato via redes sociais (*Instagram* e *WhatsApp*) para verificar o interesse e os critérios de inclusão.

Os jovens egressos dos serviços de acolhimento representam uma população de difícil acesso, uma vez que, após o desligamento da instituição, torna-se difícil de localizá-los. Muitas das vezes, a única forma de alcançá-los é por meio de indicações de pessoas que já os conhecem, o que reforça a adequação do método de amostragem em bola de neve para esse tipo de pesquisa.

A definição do grupo de amostra presente na pesquisa baseou-se pelo critério de conveniência e pela acessibilidade aos participantes. Os participantes, identificados como P1, P2 e P3, foram selecionados a partir da manifestação voluntária de interesse e da existência de um vínculo prévio de confiança, fator determinante para a viabilização da metodologia de História Oral.

É importante ressaltar que a condução das entrevistas foi condicionada pela abertura ao diálogo e pela disponibilidade singular de cada um. Embora a expectativa

inicial previsse a inclusão de egressos com maior tempo de desligamento, encontramos barreiras em relação à localização desses sujeitos, talvez por não quererem acessar esse lapso de memória. A dificuldade em rastrear egressos mais velhos e residentes no município de São José dos Campos evidencia também um resultado de pesquisa, a falta das redes de apoio e a alta transitoriedade dessa população após a maioridade.

Sendo assim, a amostra final, contou com algumas desistências no meio do caminho da pesquisa e acabou por se consolidar em três jovens, que no momento das entrevistas eram residentes de São José dos Campos e que vivenciam o desligamento das instituições recentemente (entre 2024 e 2025). Outros três contatos foram estabelecidos, porém foram desconsiderados por não atenderem ao critério de territorialidade estabelecido no processo de “critérios de inclusão”, uma vez que não residem no município que foi estudado.

1.5.4 Trabalho de Campo

Contar com a experiência prévia como assistente social não se revelou uma garantia de facilidade na execução deste trabalho de campo. Pelo contrário, a imersão na pesquisa proporcionou a compreensão de que a figura estatal carrega um peso simbólico, fruto de sucessivas omissões. Enquanto profissional da área, percebe-se a carga de uma "culpa institucional" cujas raízes não consegue-se nomear. Assim, esta etapa buscou o aprimoramento inicial na transição entre a análise documental das políticas públicas e a imersão na realidade vivida pelos jovens egressos dos serviços de acolhimento em São José dos Campos.

Durante as investidas ao território, priorizou-se a escuta ativa das narrativas de P1, P2 e P3. Esse processo revelou que o trabalho de campo é, por si só, um lugar atravessado por dispositivos de poder. No contato inicial, exigiu-se da pesquisadora um esforço constante para desconstruir a imagem da "instituição", uma vez que os jovens

frequentemente associam o ato de fazer perguntas ao monitoramento e à vigilância, o que poderia comprometer a espontaneidade dos relatos.

Além das falas gravadas, o trabalho de campo envolveu a observação da circulação desses sujeitos pelos "não-lugares" da cidade (Augé, 1994), permitindo confrontar as diretrizes do planejamento urbano com o que de fato eles vivem na cidade. O campo também trouxe o silenciamento das participantes provocado pelo mesmo medo da vigilância e a resistência em rememorar o trauma do acolhimento. Essas dificuldades, no início, foram analisadas como entraves, mas após reflexões mostraram-lhes evidências empíricas sobre a precariedade da autonomia no pós-acontecimento.

Dessa forma, a experiência conferiu materialidade aos conceitos de invisibilidade e exclusão territorial discutidos nesta dissertação, demonstrando que a interação direta com os egressos é o que confere valor e sentido à compreensão dessa transição de vida.

1.5.5 Procedimentos de Coleta de Dados

O processo de coleta iniciou-se com a divulgação digital do projeto. Esse material, detalhando os objetivos da pesquisa, os critérios de inclusão e os meios de contato, foi compartilhado nas redes sociais da pesquisadora principal (*Instagram* e *WhatsApp*), por meio de publicações, stories e compartilhamentos em grupos.

Ressaltamos que embora não haja um mecanismo de verificação individual da presença de cada jovem nas redes sociais, a escolha do *WhatsApp* e *Instagram* como canais de divulgação baseou-se na prevalência do uso dessas plataformas por jovens adultos. No encontro, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e forneceram dados para caracterização socioeconômica (moradia, escolaridade, renda e situação ocupacional).

Não foi possível estabelecer um período definitivo para a entrevista, pois o tempo foi determinado pela necessidade de cada entrevistado de "narrar" sua história.

É nesse contexto que Portelli, historiador e um dos principais precursores do conceito “história oral” analisa que o diálogo entre o entrevistado e o entrevistador possibilita a criação de um espaço de cooperação mútua, sendo assim, a pesquisadora dará espaço para que o entrevistado se sinta o mais confortável possível. Segundo o mesmo autor,

A história oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individual e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma (Portelli, 1997, p. 15).

A importância da história oral no desenvolvimento dessa pesquisa, explicitou através da experiência dos participantes o objetivo principal da pesquisa que é a análise da reprodução do espaço, aos jovens que estão vivenciando o processo do pós-desligamento dos serviços de acolhimento.

Essa metodologia permitirá que a pesquisadora possa caminhar sob a história de cada entrevistado e que eles possam evidenciar com suas próprias narrativas as situações vividas singularmente. Propiciando a compreensão de suas trajetórias de forma mais humana e complexa, permitindo perceber a distância entre as representações idealizadas das realidades. Nesse sentido, Alessandro Portelli afirma que,

[...] a história oral, no entanto, não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores. [...] Tudo isso demonstra que a história oral é uma arte da escuta, uma arte baseada em um conjunto de relações:

1. A relação entre entrevistados e entrevistadores (diálogo);
2. A relação entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista (memória);
3. A relação entre a esfera pública e privada, entre autobiografia e história - entre, digamos, a história e as histórias;
4. A relação entre a oralidade da fonte e a escrita do historiador (Portelli, 2016, p. 12).

A história oral permite que as vozes desses sujeitos sejam ouvidas conforme a realidade de cada um, a pesquisa permitirá ir além dos dados do senso comum e revelar

como eles enfrentam as desigualdades estruturais impostas, sendo essencial para compreender como as condições de vida no pós-acolhimento afetam suas percepções de si mesmos e suas identidades.

O método possibilita captar não apenas os fatos, mas também as subjetividades, memórias e emoções que moldam suas experiências, propiciando analisar o enfrentamento individual de cada entrevistado frente às situações impostas a eles.

Conforme Portelli (2016) enfatiza que a técnica da metodologia da história oral não se limita ao evento em si, mas ao significado do evento na vida do narrador, revelando a relação entre a esfera privada (a biografia) e a pública (a história). Por meio das narrativas, busca evidenciar as subjetividades e os enfrentamentos impostos pelo período pós-acolhimento.

2 ALGUMAS PERSPECTIVAS DO PLANEJAMENTO URBANO PARA PENSAR ABRIGAMENTO

O referencial teórico desta pesquisa articula uma análise crítica sobre a produção do espaço urbano, a justiça social e as dinâmicas de poder que incidem sobre a juventude egressa dos serviços de acolhimento. Para compreender a complexidade desta transição, a investigação estrutura-se em três eixos: a natureza do espaço habitado e reproduzido, a lógica da segregação urbana e os mecanismos de controle biopolítico sobre corpos vulneráveis.

A base para analisarmos o espaço nesta pesquisa apoia-se em Milton Santos, que define o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 1996). Neste sentido, compreende-se que a forma como os seres humanos interagem, criam e modificam o espaço em que habitam varia muito do período que estão vivendo, conseqüentemente são diferentes as técnicas que são empregadas nos diferentes contextos históricos. A partir disso, o autor segmenta três períodos históricos: meio natural, meio técnico e meio técnico científico informacional.

No atual período técnico-científico-informacional, a ciência e a tecnologia reconfiguram as relações sociais sob o escudo do mercado. Contudo, essa evolução periódica não é e não possui nenhum interesse em ser homogênea. Para o jovem egresso, a cidade de São José dos Campos se apresenta como um contrassenso: ao mesmo tempo que oferece a infraestrutura de uma "cidade inteligente", impõe a este sujeito uma "vigorosa alienação" espacial, onde ele possui o objeto (a rua), mas é privado da ação política e social efetiva - ou seja, do exercício da própria cidadania. Através dos relatos dos jovens nas entrevistas, é possível analisar a relação desses sujeitos com o sistema de objetos e ações, buscando identificar se são ou não incluídos nos circuitos urbanos do município estudado.

Sob essa perspectiva, o autor introduz a sua visão sobre o espaço como "um sistema de objetos e um sistema de ações", ele critica os modelos de urbanização. A partir desse conceito, torna-se possível analisar o processo de (re)integração nos espaços da cidade para os jovens que saíram dos serviços de acolhimento.

Desta maneira, Santos, define o espaço como:

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente (Santos, 2008, p. 46), grifo nosso.

O conceito de Santos se utiliza de maneira fundamental para o entendimento desse espaço transformado pelos humanos, pois o autor parte da visão de que o “espaço” é fruto de um produto social, político e econômico, (Santos, 1996, p. 168), como se esse espaço fosse a união indissociável de um "sistema de objetos" (a materialidade das cidades, como ruas e moradias) e o "sistema de ações" (as práticas sociais, fluxos e dinâmicas dos indivíduos).

A transição para o meio técnico-científico-informacional não atingiu de maneira homogênea toda a população. Se referindo aos jovens em situação de vulnerabilidade, como os egressos de serviços de acolhimento, ao serem inseridos nesse contexto, compreende-se que estão expostos a fluxos de informações, como cidades inteligentes, as redes sociais etc., no entanto são excluídos frequentemente dos benefícios e oportunidades que essa mesma tecnologia oferta.

A análise de suas trajetórias na cidade de São José dos Campos, portanto, carrega consigo a lógica de que esse processo tecnológico e científico, atua não apenas como um motor de progresso, mas também como um agente de marginalização e desigualdade, reforçando a exclusão já existente.

Diante dessa perspectiva teórica, compreende-se que, através dos relatos dos jovens nas entrevistas, será possível analisar sua relação com o sistema de objetos e ações, na perspectiva do município de São José dos Campos, a fim de se obter informações se são ou não incluídos nos circuitos urbanos.

Nesse contexto, em uma das entrevistas, o participante “P1”, jovem egresso do serviço de acolhimento e em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade

assistida³, descreve sobre a dificuldade de se localizar nos espaços além do entorno do acolhimento. Ao mesmo tempo que sente que possui o domínio sobre aquele território, reconhece que é esse mesmo espaço que o conduz a continuar no sistema de vendas de ilícitos.

Nesse sentido, ao analisar a trajetória dos egressos, torna-se impossível ignorar o crescimento devastador do comércio de ilícitos nos territórios. Como estuda Malvasi (2012), o tráfico não deve ser compreendido estritamente sob a ótica da criminalidade, mas sim como um componente estruturante da economia local e um potente regulador das relações.

Nesse sentido, o autor pondera que a rotulação social e a violência do Estado precedem a conduta individual do sujeito:

Estar ou não no crime não é garantia de que, no jogo da vida, qualquer das possibilidades dadas ao vivente possa ocorrer. Para fora das quebradas, os jovens, sendo do crime ou não, se tornam 'um latino-americano do fundão da favela (Malvasi, 2012, p. 150).

Essa hipótese demonstra que, para o jovem que transita dos acolhimentos institucionais para as ruas de São José dos Campos, o estigma territorial é uma barreira que muitas vezes anula o esforço de sua "preparação para a autonomia". Uma vez fora da instituição, o que a cidade lê não é o seu histórico de superação, mas o seu pertencimento geográfico e étnico-social.

Esta dificuldade de inserção dialoga com o pensamento de Harvey (2014) sobre o Direito à Cidade, que vai além do acesso a recursos, configurando-se como o poder coletivo de reinventar o processo de urbanização. Para o autor,

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é o direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez

³ A medida socioeducativa de Liberdade Assistida – LA (art. 112 do ECA) destina-se a acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente autor de ato infracional. Trata-se de uma medida socioeducativa que implica em certa restrição de direitos, pressupõe um acompanhamento sistemático, no entanto, não impõe ao adolescente o afastamento de seu convívio familiar e comunitário (Brasil, 2025c).

que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (Harvey, 2014, p. 28).

A negação deste poder revela o que Villaça (1998) descreve como a segregação como instrumento de domínio: a cidade produzida para a acumulação empurra os jovens para zonas periféricas, onde o "sistema de ações" possível é limitado à sobrevivência marginalizada.

Diante disso, é possível visualizar as cidades e seus reflexos excludentes diante da sua organização do espaço urbano, que é impulsionada pela lógica capitalista e que acaba limitando as possibilidades de vida de grupos vulneráveis, manifestando então a injustiça espacial.

Na negação desse poder de "reinventar a cidade", os jovens egressos dos serviços de acolhimento encontram uma realidade urbana onde o espaço é imposto e não construído por eles. O acesso a recursos básicos (emprego formal, moradia digna, educação de qualidade) é dificultado não por falhas individuais, mas porque a própria estrutura da cidade – planejada para o lucro e a acumulação (Harvey, 2014) – os exclui com intencionalidade.

A fim de compreender como essa negação dos direitos se manifesta na realidade, torna-se essencial o diálogo com o autor Villaça (1998), que concentra a sua discussão na produção dos espaços intraurbanos, trazendo à tona novamente a lógica capitalista, já criticada por Harvey, que gera a segregação e a exclusão. Nessa direção, segundo Villaça (1998),

São diferentes poderes de domínio sobre o espaço urbano; a segregação é um processo necessário para que haja esse domínio. A segregação, assim, consiste numa determinada espacialidade, sem a qual esse domínio não poderia ocorrer (Villaça, 1998, p. 359 apud Schmidt, 2009, p. 227).

Sob a lógica do autor, os grupos de maiores poderes aquisitivos se apropriam de áreas de melhor interesse, e segregam os grupos de baixa renda, não limitando-se à segregação apenas física, mas na prática, algo que reflete o exercício pleno do direito à

cidade de Harvey.

A fim de compreensão sobre o abandono estatal no pós-desligamento dos jovens egressos, torna-se necessário introduzirmos nessa discussão os conceitos de Biopolítica e Necropolítica. Através da Biopolítica de Foucault (1999) , é possível compreender que a “gestão” desses jovens é entendida como exercício do poder sobre a vida e a regulação das populações. (Danner, 2020). Sobre esse emprego do poder, Foucault esclarece:

A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]. Trata-se de mecanismos que têm por objeto fenômenos de massa que ocorrem em uma população, com suas características biológicas e patológicas (Foucault, 1999, p. 289-290).

Como mecanismo de sobrevivência desses jovens muita das vezes é sobreviver, eles não conseguem performar uma autogestão que é exigida pelo mercado de trabalho, sendo assim, são descartados pelo sistema. Imprimindo então o que a Biopolítica conceitua como “fazer viver e deixar morrer”, modo de como passaram a encarar a vida.

Conforme discute Kussler (2021), baseando-se em Foucault (1999), a gestão da vida pelas instituições modernas passa a considerar a população através de taxas e censos — como mortalidade, natalidade e expectativa de vida —, permitindo o surgimento de saberes e poderes reguladores, como a medicina, a psiquiatria e o sistema prisional e o papel das polícias, por exemplo.

Assim sendo, a vida do egresso deixa de ser uma trajetória singular para tornar-se um dado estatístico de "ineficiência". Relacionando essa lógica com o conceito de Necropolítica, podemos observar que o sistema não apenas regula a vida, mas ele dita quem possui o direito de viver e quem deve ser abandonado à própria sorte. Conforme Mbembe,

Nas economias biopolíticas contemporâneas, o direito de matar não é mais o monopólio do Estado. O que importa é a produção de fronteiras sociais e a gestão de populações através da exposição sistemática à morte [...]. A necropolítica é, portanto, a forma extrema de governo em

que o poder soberano se define pela capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer (Mbembe, 2018, p. 71).

A necropolítica manifesta-se na capacidade do Estado de expor determinados grupos à "morte social", criando zonas de abandono onde a dignidade é suspensa e o sujeito é mantido em um estado de vulnerabilidade permanente, sem o sentimento de pertencimento e sem perspectiva nenhuma de planos futuros. A partir disso, é possível refletir de que o desligamento do acolhimento sem perspectivas futuras constitui uma forma de "deixar morrer", não fisicamente – ou sim -, mas como sujeito de direitos. Quantas vidas importam? Quantas vidas podemos deixar morrer?

Sendo assim, é possível visualizar as cidades e seus reflexos excludentes diante da sua organização do espaço urbano, que é impulsionada pela lógica capitalista e que acaba limitando as possibilidades de vida de grupos vulneráveis, manifestando então a injustiça espacial.

Dessa forma, diante das possibilidades de reflexão, é possível que esses autores, juntamente com seus conceitos, permitam um diálogo crítico entre a teoria e a realidade que será trazida pelos relatos dos jovens egressos dos serviços de acolhimento. Buscaremos expressar diante desses levantamos as multifacetadas do – talvez - processo de (re)integração urbana desses sujeitos.

3 A POLÍTICA DE ATENDIMENTO INSTITUCIONALIZADO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

Para compreender a atual realidade dos jovens egressos dos serviços de acolhimento em São José dos Campos, faz-se necessário adentrar nas raízes das políticas de atendimento à infância e à adolescência no país. Esta seção dedica-se a reconstruir (sinteticamente) o percurso histórico das práticas de atendimento a essa população, evidenciando que o acolhimento institucional não nasceu de uma preocupação de cunho genuíno e social, mas sim de mecanismos de controle, segregação e gestão populacional.

A justificativa para este resgate histórico se fundamenta nas práticas atuais de desligamento por maioria, que não são eventos isolados, mas heranças de uma racionalidade que há tempos oscila entre a caridade assistencialista e a legalidade estatal.

Ao analisarmos desde a Roda dos Expostos até a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), buscaremos identificar como a figura do "menor desvalido" foi sendo moldada para servir aos interesses produtivos e à manutenção das desigualdades de classe, culminando na atual pressão que exige uma autonomia de sujeitos historicamente invisibilizados pelo Estado.

O atendimento às crianças e adolescentes no Brasil remete, conforme Marcílio (1998), à atuação dos Confrades de Jesus — jesuítas no século XVI. Com o objetivo principal de ensino religioso, essa atuação carregava os primeiros elementos de segregação educacional no país.

Esses colégios focaram na catequese e em nenhum momento, a atenção voltava-se aos cuidados com crianças desamparadas — grupo que só passaria a ter uma instituição responsável a partir do século XVIII com o sistema da Roda dos Expostos (ou "Roda dos Rejeitados").

Figura 1 - Roda dos Expostos no Museu da Santa Casa de Misericórdia.



Fonte: Instituto Bixiga (2021).

É neste cenário que a lógica da biopolítica, conforme Michel Foucault, se manifesta, o Estado se desloca do "deixar morrer" para um "fazer viver" seletivo (Danner, 2020). O Asilo de Educandos ou de Meninos Desvalidos (1874) exemplifica isso, transformando crianças pobres em "corpos úteis" para o sistema produtivo.

A institucionalização deixava de ser mera caridade para se tornar um local de gestão populacional, moldando o comportamento da infância para garantir mão de obra barata e supervisionada.

O Asilo dos Meninos Desvalidos foi instituído pelo decreto n. 5.532, de 24 de janeiro de 1874, que criou dez escolas públicas de instrução primária do primeiro grau no município da Corte. Dentre essas, uma foi destinada

a servir de asilo para recolher os menores de doze anos pobres que fossem encontrados vagando ou mendigando nos distritos, conforme as disposições dos artigos 62 e 63 do decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 (Pessoa, 2015), grifo nosso.

O Decreto n.º 5.532 de 1874 (Brasil, 2025d) reforçava essa lógica: crianças em mendicância deveriam ser recolhidas para receber instrução primária e serem enviadas a oficinas ou a estabelecimentos oficiais. A privação de liberdade era mascarada pelo discurso do "ensino" e da "higienização", acreditando-se que o resgate precoce das ruas produziria melhores cidadãos.

Como afirmam Rizzini e Pilotti (1995), a história das políticas sociais é a história das várias fórmulas empregadas para manter as desigualdades sociais e a segregação de classes. Essa mentalidade persiste em discursos contemporâneos de encarceramento em massa, invisibilização da juventude em situação de rua e na visão da institucionalização como única via para o "resgate da moralidade cívica".

Essas instituições não eram apenas vinculadas a filantropia e/ou caridade, mas também instituições que se fundamentam na teoria da biopolítica. O Estado intervém na "vida" – saúde, educação, trabalho – para garantir que a população pobre não seja um "perigo", mas sim um recurso produtivo. O "fazer viver" de Foucault manifesta-se aqui na tentativa de moldar o comportamento desses jovens apenas para servirem a esse sistema.

A partir de 1920, a urbanização e a industrialização trouxeram o Código de Menores (1927). Já em 1941, a criação do SAM (Serviço de Atenção ao Menor) encarnou o modelo correcional e repressivo, com estruturas análogas ao sistema penitenciário. Aqui, a teoria de Mbembe (2018) sobre a necropolítica torna-se essencial: o SAM e, posteriormente, às Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEMs), funcionavam como zonas onde o direito a ser você mesmo era suspenso.

Nesse período, sob a doutrina da segurança nacional da Ditadura Militar, a criança pobre era rotulada como "potencialmente perturbadora". O Estado exercia sua soberania

para neutralizar ameaças à ordem a institucionalização nos "depósitos de menores" com estruturas análogas às penitenciárias, criando o que Mbembe (2018) descreve como "mundos de morte" simbolicamente, onde os jovens eram mantidos em estado de invisibilidade e privação de liberdade, e após avaliações da equipe se definia quem era digno de integração e quem deveria ser apenas contido.

A mudança desse modelo só ganharia força na década de 1980 com a mobilização da sociedade civil e das ONGs (Organizações Não Governamentais) contra a violência institucional. Esse movimento findou na Doutrina da Proteção Integral e na criação do ECA em 1990, (Brasil, 2025a). O ECA redefiniu o acolhimento como medida excepcional e temporária, priorizando a convivência familiar e elevando a criança e o adolescente à condição de sujeito de direitos.

O artigo 101 do ECA (Brasil, 2025a) define o acolhimento como última medida de proteção, de caráter provisório e excepcional, levando em conta todas as possibilidades de o adolescente permanecer com familiares extensos ou colaterais.

No entanto, cerca de 33.684 crianças e adolescentes vivem em abrigos no Brasil atualmente, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (2024).

Apesar do avanço legal, a prática ainda enfrenta os resquícios da racionalidade anterior. A persistência de termos como "orfanato" revela a dificuldade de desvincular a proteção x controle social. Atualmente, sob a racionalidade neoliberal⁴ de Dardot e Laval (2016), o jovem egresso é pressionado a ser um "empresário de si mesmo" em um mercado competitivo.

Contudo, para quem vive a realidade do acolhimento, essa lógica muitas vezes ignora as violações de direitos sofridas historicamente, exigindo uma autonomia de sujeitos cujas histórias de vida foram marcadas pela segregação e pela falta de

⁴ A racionalidade neoliberal aqui se fundamenta na teoria de Foucault em relação à governamentalidade contemporânea, onde o mercado e o capital tornam-se os elementos de referência da gestão da vida.

informações sobre suas próprias origens e processos de descolamento das suas histórias “genealógicas”.

Em cidades como São José dos Campos, a "urbanização corporativa" prioriza o capital, dificultando a inserção real desses jovens, que muitas vezes permanecem à margem de uma cidade que exige desempenho de quem foi historicamente privado de bases sólidas de desenvolvimento.

4 DA INSTITUIÇÃO AO ASFALTO: DINÂMICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Com uma área total de 1.099,409 km², São José dos Campos apresenta um perímetro urbano de aproximadamente 353,9 km² (IBGE, 2022). A organização espacial do município, dividida em seis grandes regiões e distritos, é o reflexo direto da "urbanização corporativa" mencionada anteriormente. A demarcação geográfica não é apenas administrativa; ela delimita o acesso aos serviços e as barreiras invisíveis da segregação urbana.

Para contextualizar a realidade em que os adolescentes institucionalizados estão inseridos, a Tabela 1 detalha os indicadores que revelam as vulnerabilidades territoriais da cidade.

Tabela 1 - Indicadores Sociodemográficos de São José dos Campos: 2010-2022.

(continua)

População (2022)	697.054
Mulheres	361.695
Homens	335.359
População urbana	681.842
População rural	15.212
Domicílios	248.026282.214
Particulares ocupados	247.894
Particulares não ocupados	33.978
Coletivos	283
Improvisados	59
Média de moradores por domicílio particular	2,812,80

Tabela 1 - Indicadores Sociodemográficos de São José dos Campos: 2010-2022.

(conclusão)

Domicílios urbanos	272.406
Domicílios rurais	9.808
Taxa de crescimento anual (2010 a 2022)	1,65%
Densidade demográfica	634,03 habitantes por km ²
Área do município em km²	1.099,61 Km ²

Fonte: IBGE (2022), adaptado pela Autora.

Um dado que acaba saltando aos olhos na análise do Censo 2022 é a existência de mais de 33 mil imóveis vazios ("Particulares não ocupados"), em um cenário onde a fila oficial por moradia social ultrapassa 4.100 famílias⁵. Isso evidencia a teoria urbana chama de "vazios urbanos"⁶, justificando-se pela especulação imobiliária ou outros fatores, evidencia a necessidade de uma política de fiscalização mais eficaz no município.

Para os jovens egressos do acolhimento, esses imóveis vazios no centro - onde estão localizadas as instituições - representam uma cidade que lhes nega abrigo sob a justificativa do mercado. Como aponta Maricato (2003, p. 152), "a segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma".

A compreensão das dinâmicas populacionais e/ou de imóveis estabelecidas na cidade se relaciona com a lógica da biopolítica contemporânea, pois diante dessa superfície rasa de numerologias que são pensadas e planejadas políticas públicas. Ao

⁵ Prefeitura de São José dos Campos. Sistema de Consulta à Fila de Espera por Moradia Social. Disponível em: <https://servicos.sjc.sp.gov.br/habitacaoconsulta/consulta.aspx?tipo=2>. Acesso em: 29 ago. 2025.

⁶ [...] o "vazio" à ausência de uso, adota-se, também, a de que a expressão "vazio urbano" pode fazer referência tanto a espaços vagos, literalmente, quanto a espaços edificados que estejam sem uso e não cumpram sua função social e econômica (Borde, 2006).

analisarmos a evolução da população jovem (15 a 29 anos), conforme detalhado na tabela 1, observamos uma redução demográfica proporcional. Enquanto em 2010 os jovens representavam 27% da população joseense, em 2022 esse número caiu para 21%, um cenário de retração que impacta diretamente a formulação de políticas públicas e a destinação de recursos.

Tabela 2 - Variação da População Jovem em São José dos Campos: 2010-2022.

Indicador	Censo 2010	Censo 2022
População Jovem (15-29 anos)	168.655	144.730
Proporção na População Total	27%	21%
Variação (2010-2022)	---	-23.925 pessoas (-6%)

Fonte: IBGE (2022), adaptado pela Autora.

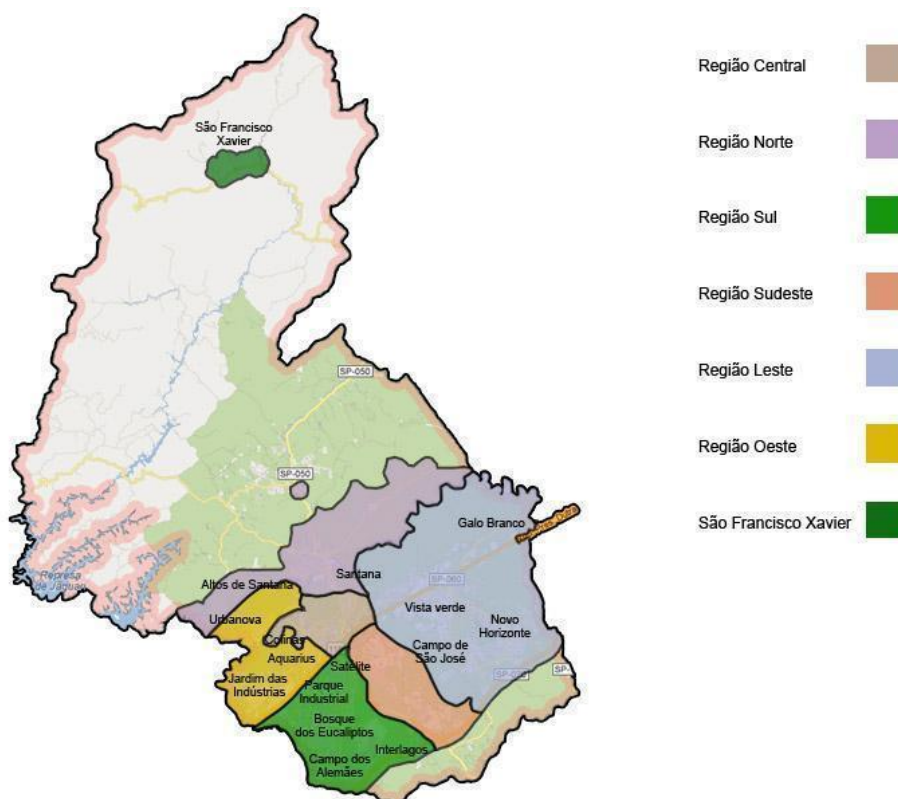
A leitura comparativa com o Censo de 2010 - que registrava 168.655 jovens, totalizando 27% da população -, mostra que houve uma queda acentuada na representatividade. Esse esvaziamento demográfico se finda na invisibilização de políticas públicas para essa parcela da população.

Para o jovem institucionalizado, isso é um dado perigoso: com menos visibilidade política, às demandas específicas desse grupo, principalmente ao suporte pós desligamento, tendem a ser negligenciadas secundarizadas pelo orçamento público.

A fim de tornar visível o que essa pesquisa analisa, é necessário tornar visível como o município se organiza territorialmente. É importante ressaltar que São José dos Campos historicamente segue o eixo das principais rodovias que a interliga como potencializador de investimentos e estruturas e seguiu com a valorização das regiões centrais e oeste.

A Figura 2 apresenta a divisão oficial do município em zonas, o que nos permite situar onde as instituições de acolhimento estão localizadas e para onde os fluxos de egressos (P1, P2 e P3) se direcionam após o desligamento.

Figura 2 – Divisão de Zonas de São José dos Campos.



Fonte: São José dos Campos (2026a).

4.1 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: A DEMANDA POR ACOLHIMENTO NA CIDADE INDUSTRIAL

O município de São José dos Campos passou por um processo de urbanização acelerada, se caracterizando como um polo de atração para a classe trabalhadora e de investimentos industriais. No entanto, esse rápido processo não foi acompanhado por políticas públicas que produzissem algum suporte necessário aos que chegavam na cidade, expondo crianças e adolescentes a cenários de precariedade.

Sob a lógica da 'urbanização corporativa' de Santos (1993), o município priorizou a recepção de grandes firmas, negligenciando o planejamento urbano e de assistência social necessário para absorver de maneira digna a nova demanda populacional, investindo com o uso de recursos públicos para o desenvolvimento econômico e secundarizando a proteção e o bem-estar social.

Usando do conceito de Milton Santos (1993), pode-se afirmar que o município adotou o perfil de uma 'urbanização corporativista'.

[...] a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (Santos, 1993, p. 95).

Essa modernização está pautada na ideologia do crescimento econômico e industrial a qualquer custo, colocou em segundo plano a população e as empresas locais, tendo como característica indispensável ao seu sucesso, a concentração de riqueza e a propagação da pobreza.

Essa configuração de urbanização, que privilegia o capital, conecta-se diretamente na definição discutida por Dardot e Laval, que redefine a relação entre o Estado e o indivíduo:

A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra "capitalismo". O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

São José dos Campos não se tornou apenas um polo tecnológico; sim um espaço onde a "nova razão do mundo" se materializa, transformando a cidade em uma empresa que deve ser eficiente para o mercado, mas que muitas vezes falha em prover o suporte

social básico. A história de São José, de aldeia a cidade (Papali; Zanetti, 2018), é a história de um processo contínuo em que o desenvolvimento econômico e as questões sociais que são resultados dessa fragmentação e segregação se tornaram faces inseparáveis de um mesmo caminhar.

4.2 O PAPEL DA CRUZADA ASSISTENCIAL PADRE JOÃO GUIMARÃES

A proteção à infância em São José dos Campos iniciou-se sob uma perspectiva assistencialista e religiosa, justificando-se pela negligência nos investimentos com recurso público. Considerada como um dos primeiros serviços a realizar o atendimento às crianças e adolescentes em situação de abandono ou risco na cidade, a “Cruzada Assistencial Padre João Guimarães de 1957, iniciou os seus trabalhos a partir do século XX.

Antes do ECA, essas instituições voltavam-se ainda sob a lógica do recolhimento de crianças "em risco" e visava, em última análise, a higienização do espaço urbano como tentativa de domar esses corpos para um sistema produtivo.

Contudo, São José não foi apenas receptora dessas práticas, mas tornou-se o berço de uma resistência institucional que alteraria o paradigma nacional. Como afirma Costa (2017), “O ECA nasceu em São José dos Campos”. Esse protagonismo local foi liderado pelo então vice-prefeito Hélio Augusto de Souza e pela assistente social Regina Helena Pedroso, que mobilizaram um movimento em prol da doutrina da Proteção Integral.

Esse movimento vislumbrava a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1986. A partir disso, eles lançaram o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA), iniciativa que unificou a luta de diversos setores da sociedade em prol da infância e juventude e que pregava a proteção integral infantojuvenil pelo país inteiro, a fim de garantir que a infância deixasse de ser uma questão de "forças policiais ou caridade" para tornar-se "prioridade absoluta" do Estado. Essa luta materializou-se no

emblemático Artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que transferiu a responsabilidade para o tripé: família, sociedade e Estado.

Ainda sobre São José dos Campos, a fundação da Fundação Hélio Augusto de Souza (FUNDHAS) em 1987, consolidada pela visão de Hélio Augusto, exemplifica esse processo de transição. O município tornou-se um "solo fértil" onde as teorias de proteção deixaram o papel para ganhar as ruas, como ilustra o passeio comemorativo de 1990 (Figura 3), marcando a vitória da cidadania sobre a institucionalização punitiva que antecede essa data magna.

Figura 3 - Passeio das Crianças e Adolescentes em Comemoração à Aprovação do ECA na Câmara Municipal (12/10/1990).



Fonte: Jango (2026).

Após 1990, o acolhimento institucional também foi redefinido. A lógica de "abrigamento" permanente — muitas vezes criticada por ser uma forma de necropolítica, pois esse modelo anula os vínculos e a história individual do jovem — deu lugar ao princípio da excepcionalidade e transitoriedade. Como defende Rizzini (2004), o foco deslocou-se para a preservação dos vínculos familiares e da convivência comunitária.

Como reforça Rizzini (2004), citando o Estatuto da Criança e do Adolescente:

As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares;
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V - não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o desligamento;
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo (Rizzini, 2004).

Nesse contexto, ao longo das mudanças, a Cruzada Assistencial também precisou se reestruturar. Ao longo das décadas, a instituição adaptou sua filosofia e estratégias, passando de um modelo de "abrigo" para um serviço de "acolhimento" integrado à Rede de Proteção de São José dos Campos.

Hoje, a memória do Padre João Guimarães, preservada em registros históricos como o jornal exposto em seu hall (ver Anexo A e B), dialoga com uma nova realidade: a de que o acolhimento deve ser um trampolim para a autonomia e para o convívio familiar (seja na família natural, extensa ou ampliada⁷), e não mais um destino final.

O documento Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) apresenta os parâmetros de funcionamento e orientações metodológicas para que os serviços de acolhimento cumpram sua função protetiva e restaurativa de direitos, organizados em uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Bem como preconizam que o funcionamento dos serviços deve "estar localizados em áreas residenciais, sem

⁷ ECA: Seção II - Da Família Natural. Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (Incluído pela Lei n.º 12.010, de 2009).

2015, 34 em 2016 e 57 em 2018. É importante ressaltar que os dados mencionados não apresentam a totalidade da demanda e não especificam a idade, nem o gênero das pessoas que foram encaminhadas para esses serviços, bem como também não expõe a motivação para tal. A falta de registro não pode ser confundida apenas com o sigilo determinado pelo ECA; ela também impossibilita o planejamento de políticas de transição, condenando o egresso à invisibilidade antes mesmo do seu desligamento.

Desde 1994, a execução desses serviços é delegada à Associação de Pais e Amigos dos Adolescentes em Risco (APAR), uma Organização da Sociedade Civil (OSC), de natureza privada e sem fins lucrativos. Atualmente, a entidade opera sob o "Plano de Trabalho TC 020/18", com capacidade nominal para 36 adolescentes. Também acessamos o portal da entidade, no entanto, acredita-se que por se tratar de medidas de proteção tais dados não serão divulgados.

O serviço de Abrigo Institucional é destinado a crianças e adolescentes de 12 a 17 anos e 11 meses que necessitam de medida de proteção. A sua execução é ininterrupta, funcionando 24 horas por dia, sete dias por semana. Focado em adolescentes, divididas em dois abrigos institucionais: um para o público masculino e outro para o feminino, cada um com capacidade para 18 adolescentes. A abrangência do serviço é municipal (CMDCA, 2025).

O acesso ao acolhimento é feito exclusivamente através de determinação do Poder Judiciário ou por requisição do Conselho Tutelar, muitas vezes o CREAS realiza a avaliação anterior ao acolhimento. Nesse último caso, o Poder Judiciário deverá ser comunicado conforme o artigo 93 do ECA.

Art. 93. As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade. (Redação dada pela Lei n.º 12.010, de 2009) (Brasil, 2025a).

Ambos os abrigos são equipados para garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência, assegurando um ambiente inclusivo para todos os usuários. A localização

central dos abrigos oferece uma promessa de integração que, para o jovem que atinge os 18 anos, é uma ilusão pensar em sobreviver após os 18 anos nessa região.

5 A ARQUITETURA DO ABANDONO: A ESTRUTURA DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O município de São José dos Campos dispõe de um Plano Municipal para a Infância e Adolescência (PMIA), elaborado em 2020, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que estabelece diretrizes para “a promoção da cultura de respeito e o acesso a políticas públicas de qualidade” (PMIA, 2020). Basicamente, como sendo seu principal objetivo o plano visa à superação das desigualdades e ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes:

Art. 2º O Plano Municipal para infância e Adolescência tem como diretrizes promover:

I - a cultura do respeito e da proteção aos direitos de crianças e adolescentes no âmbito da família, das instituições e da sociedade;

II - o acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades;

III - a proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados;

IV - o fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente, assegurando seu caráter paritário, deliberativo e de controle;

V - o fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.

Art. 3º São objetivos específicos do Plano Municipal para infância e Adolescência: I - desenvolver ações de promoção, prevenção e proteção para garantir a qualidade de vida de crianças, adolescentes e suas famílias;

II - desenvolver atividades socioeducativas, esportivas e culturais com vistas ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes;

III - dar publicidade às ações da Rede de Atendimento Municipal.

Plano Municipal para a Infância e Adolescência (São José dos Campos, 2020), destaque nosso.

Atualmente, a rede de assistência social — gerida pela Secretaria de Apoio Social ao Cidadão (SASC) — estrutura-se conforme o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em dois níveis: a Proteção Social Básica, operada no município pelos 11 Centro

de Referência de Assistência Social (CRAS), focada na prevenção e no fortalecimento de vínculos.

A Proteção Social Especial, composta por 3 Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), voltada para situações em que o direito já foi violado. O acolhimento institucional insere-se na Alta Complexidade, sendo a medida última quando o afastamento familiar se torna inevitável. (São José dos Campos, 2020, p. 19).

No entanto, ao analisarmos o Quadro 1, evidencia-se uma lacuna institucional alarmante: a ausência de políticas que atendam jovens que atingem a maioria civil em instituições de acolhimento.

Quadro 1 - Unidades de Acolhimento Institucional em São José dos Campos/SP.

(continua)

Serviço	Público-alvo	Requisitos	Prazo	Como Solicitar
Crianças (0 a 6 anos)	Crianças em situação de risco (determinação judicial).	Determinação judicial.	Imediato.	Encaminhamento pela Vara da Infância e Juventude.
Crianças (7 a 11 anos)	Crianças em situação de risco (determinação judicial).	Determinação judicial.	Imediato.	Encaminhamento pela Vara da Infância e Juventude.
Adolescentes (até 18 anos incompletos)	Adolescentes em situação de risco (determinação judicial).	Determinação judicial.	Imediato.	Encaminhamento pela Vara da Infância e Juventude.
Crianças e Adolescentes com Deficiência Múltipla	Crianças e adolescentes com deficiência múltipla (determinação judicial).	Determinação judicial.	Imediato.	Encaminhamento pela Vara da Infância e Juventude.

Quadro 1 - Unidades de Acolhimento Institucional em São José dos Campos/SP.

(continuação)

Serviço	Público-alvo	Requisitos	Prazo	Como Solicitar
Famílias e Indivíduos	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou violação de direitos.	Estar em situação de vulnerabilidade e ser avaliado pelo CREAS/Centro POP/Abordagem Social.	Imediato.	Nas unidades do CREAS, Centro POP e Equipe de Abordagem Social.
Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua - Feminino / LGBTQIA+	População feminina e/ou LGBTQIA+ que vive em situação de rua.	Pessoas que utilizam as ruas como moradia e sustento de forma permanente.	Imediato.	Situações identificadas pela Abordagem Social ou por denúncia no 153.
Mulheres em Situação de Violência Doméstica	Mulheres com risco de morte devido à violência doméstica (podem estar com ou sem filhos).	Avaliação técnica do CREAS.	Imediato.	Avaliação da equipe técnica do CREAS.
População em Situação de Rua Situações identificadas pela Abordagem Social ou por denúncia no 153.	Pessoas que usam as ruas como moradia e sustento, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.	Vínculos familiares fragilizados ou rompidos e uso permanente de logradouros públicos para moradia.	Imediato.	Situações identificadas pela Abordagem Social ou por denúncia no 153.

Quadro 1 - Unidades de Acolhimento Institucional em São José dos Campos/SP.

(conclusão)

Serviço	Público-alvo	Requisitos	Prazo	Como Solicitar
Adultos com Limitação para Atividades da Vida Diária	Adultos em situação de rua com limitação para autocuidado.	Estar em vulnerabilidade e ser avaliado por equipe técnica.	Depende da avaliação e da vaga.	Através do serviço de Abordagem Social, Centro POP e CREAS.
Acolhimento Institucional Provisório ou de Longa Permanência - ILPI	Pessoas com 60 anos ou mais em situação de violação de direitos, que não podem permanecer na família.	Idosos em situação de violação de direitos e com vínculos familiares rompidos ou em desproteção social.	Variável, depende da avaliação e da vaga.	Encaminhamento do CREAS.

Fonte: São José dos Campos (2026a), adaptado pela Autora.

Ao completar 18 anos, o jovem é subitamente desligado do sistema de proteção e direcionado para unidades destinadas à população adulta em situação de rua (masculina, feminina ou LGBTQIA+). Embora a articulação em rede possa facilitar a inserção desses jovens nas instituições, a principal questão reside no processo de desconhecimento da sua identidade construída no contexto de acolhimento de adolescentes.

Dentro da lógica do capital, crianças e adolescentes em situação de rua muitas vezes são considerados desqualificados e negligenciados pelo governo e pela sociedade em geral. Isso se deve à visão predominante de que esses jovens não representam uma força de trabalho imediatamente útil ou lucrativa para o mercado econômico. A prioridade econômica está frequentemente voltada para setores que promovem retorno financeiro rápido e explícito.

Em 2009, 19 anos após a promulgação do ECA, o Conselho Nacional de Assistência Social e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente se

pronunciaram em relação à questão da Criança e do Adolescente em Situação de Rua (CASR), os definindo como:

Art. 1º. Crianças e adolescentes em situação de rua os sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros (Brasil, 2025e).

Conforme parágrafo § 2º e § 3º da resolução, a situação de rua de crianças e adolescentes pode estar associada a questões como:

§ 2º A situação de rua de crianças e adolescentes pode estar associada a:

I – trabalho infantil;

II – mendicância;

III – violência sexual;

IV – consumo de álcool e outras drogas;

V – violência intrafamiliar, institucional ou urbana;

VI – ameaça de morte, sofrimento ou transtorno mental;

VII – LGBTfobia, racismo, sexismo e misoginia;

VIII – cumprimento de medidas socioeducativas ou medidas de proteção de acolhimento;

IX – encarceramento dos pais.

§ 3º Pode ainda ocorrer a incidência de outras circunstâncias que levem crianças e adolescentes à situação de rua, acompanhadas ou não de suas famílias, existentes em contextos regionais diversos, como as de populações itinerantes, trecheiros, migrantes, desabrigados em razão de desastres, alojados em ocupações ou desalojados de ocupações por realização de grandes obras e/ou eventos (Brasil, 2025e).

Junto a isso, está transição forçada ignora a subjetividade dos desacolhidos e

impõe ao egresso o estigma de "vivência de rua"⁸ como condição de sobrevivência. Sob a ótica de Dardot e Laval (2016), essa falha do sistema – se é que podemos chamá-la de falha – demonstra a racionalidade neoliberal na gestão pública: o Estado investe na "correção" do adolescente, mas se retira da responsabilidade quando o mesmo se torna um adulto. Dardot e Laval (2016) descrevem o neoliberalismo, como aquele que:

[...] não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da "modernidade". Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros. Ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade (Dardot; Laval, 2016, p.16).

Há uma perversidade nos ciclos do neoliberalismo, com a perda de direitos humanos fundamentais adquiridos ao longo de décadas. O estado mínimo enfatiza a ideia de que somos responsáveis por quem somos mediante escolhas pessoais. Isso resulta numa competição entre o capital financeiro e o valor humano (existência).

Essa mentalidade atribui ao indivíduo a total responsabilidade por suas vitórias e fracassos, promovendo a ideia de se tornar “empresário de si” e assegurar seu próprio sustento, muitas vezes ao custo de sua qualidade de vida.

Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na

⁸ Cf. Brasil de Fato (2022). Em 2011, pelo menos 24 mil crianças e adolescentes estavam em situação de rua no Brasil. O dado nunca foi atualizado. O censo aponta que o número de crianças e adolescentes em situação de rua na capital paulista dobrou em um intervalo de 15 anos, evidenciando a falha nas redes de proteção social.

competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos (Dardot; Laval, 2016, p. 330-331).

Sob a perspectiva do Estado mínimo podemos compreendê-lo como uma racionalidade que opera na criação de um novo imaginário, no qual são estabelecidas regras de conduta e valores de acordo com as demandas do capitalismo.

A diminuição nos investimentos destinados à assistência social tem embate direto na estruturação de um Estado incapaz de exercer a política de atenção integral, prevista no ECA, à população infantojuvenil.

O 'risco' tornou-se um setor comercial, na medida em que se trata de produzir indivíduos que poderão contar cada vez menos com formas de ajuda mútua de seus meios de pertencimento e com os mecanismos públicos de solidariedade. Do mesmo modo e ao mesmo tempo que se produz o sujeito de risco, produz-se o sujeito da assistência privada (Dardot; Laval, 2016, p. 348).

Ao transferir a responsabilidade para o setor privado, há o risco de se tornar mercantilizado direitos sociais básicos. Essas alterações não se limitam à reconfiguração do Estado, mas também no imaginário coletivo e nos valores sociais, promovendo a percepção de que o mercado é mais eficiente na gestão desses serviços do que o próprio Estado.

Analisando por esse viés, é possível que a lógica da tutela aplicada ao Estado em relação às crianças, adolescentes e jovens em situação de rua muitas vezes se vê comprometida pela lógica neoliberal, que, ao priorizar a economia de giro de mercado e a redução de gastos públicos, negligencia a proteção integral e o desenvolvimento desses indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade.

Muitos os que são acolhidos em instituições acabam não desenvolvendo vínculos significativos com esses locais e preferem viver nas ruas como uma forma de sobrevivência. Eles podem ter a impressão de que o Estado não garante a proteção

integral, o que as leva a buscar alternativas fora dessas estruturas institucionais.

Em muitos casos, são motivados a frequentar a rua por uma série de fatores que podem estar relacionados e uns dos principais é a falta de vínculo com as instituições de acolhimento, o que pode causar um sentimento de desamparo e insegurança afetiva. A movimentação da instituição > rua < instituição, está fundamentada na falta de um lugar para se chamar de "seu", como Certeau afirma:

Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar — uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis (deslocamentos e caminhadas), compensadas pelas relações e pelos cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano [...] (Certeau, 1998, p. 94).

Além disso, a rua pode ser considerada um espaço de liberdade relativa, onde eles podem escapar das regras institucionais ou de ambientes considerados opressivos pela sociedade. Há também uma busca por autonomia e independência, mesmo que seja precária, como uma forma de afirmar sua identidade e tentar controlar sua própria vida, especialmente quando sentem que não têm controle sobre os procedimentos que dizem respeito a sua individualidade dentro das instituições.

Nesse sentido é que o Estado espera que o egresso demonstre autonomia o suficiente para se tornar um "empresário de si mesmo" sem oferecer as bases mínimas de sobrevivência e suporte. Sob essa lógica os autores Dardot e Laval explicam que:

Essa mutação tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra "capitalismo". O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo [...] o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot; Laval, 2016, p. 17, grifo nosso).

Os jovens são acolhidos e, posteriormente, saem para buscar o que lhes falta. Suas experiências podem ser caracterizadas por vínculos fragilizados com instituições

físicas que, no mínimo, deveriam oferecer espaço de proteção, como abrigos, assistência social ou até mesmo em relações interpessoais. Podendo se envolver em relações superficiais apenas para atender às suas necessidades imediatas de sobrevivência ou pertencimento.

Ao retirar o suporte e as bases mínimas de sobrevivência, o Estado não apenas abandona o jovem, mas o lança em um lugar em que a disputa se torna desigual e onde a "liberdade" de ser empreendedor de si mesmo mascara a realidade de um desamparo institucionalizado.

Quando são inseridos num contexto em que a vivência de rua é um requisito inerente ao fato do desacolhimento, esses jovens correm o risco de internalizar um estigma social, comprometendo a possibilidade de uma trajetória de vida autônoma. O sistema, dito de "proteção", ao invés de romper com o ciclo de exclusão, acaba empurrando diretamente para ele.

Essa descontinuidade do cuidado pode ser interpretada como uma forma de necropolítica (Mbembe, 2018). Ao empurrar o jovem diretamente para o ciclo de exclusão do qual, em teoria, o protegeu durante a infância e adolescência, o sistema pratica um "deixar morrer".

Na forma de governo, que Foucault chama de razão de Estado, em que o soberano detém o poder sobre seus súditos, via-se que o poder se estabelecia de tal modo que ao soberano era atribuído o direito de causar a morte e de deixar viver (Araújo, 2019, p. 147).

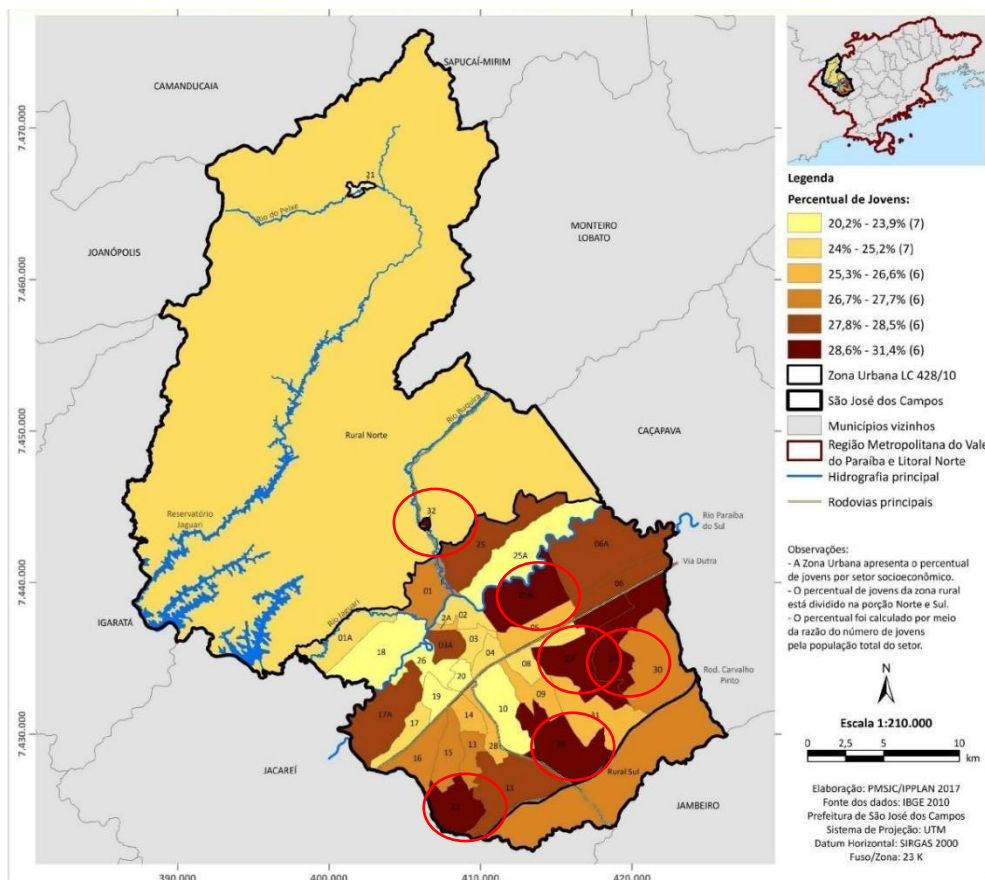
O Estado, após anos de intervenção biopolítica sobre o corpo do adolescente, o expõe agora adulto a uma realidade de vulnerabilidade extrema e sem amparo legal.

Apesar de o PMIA afirmar o compromisso com o atendimento "prioritário e integral", o documento é omissivo quanto a investimentos ou revisões de metas para os adolescentes em fase de desligamento dos serviços de acolhimento. A falta de interesse do plano sobre a "saída por maioria" levanta questionamentos sobre a efetividade das

políticas públicas de São José dos Campos no rompimento real dos ciclos de marginalização para pessoas vulneráveis.

Uma vez que apresentada a organização territorial de São José dos Campos, em vista do grupo selecionado para análise dessa pesquisa, analisaremos como a população jovem está distribuída nesses setores. A Figura 5, a seguir, detalha o percentual de jovens (15 a 29 anos) por setor socioeconômico.

Figura 5 - Percentual de Jovens (15 a 29 anos) por Setor Socioeconômico em São José dos Campos.



Fonte: São José dos Campos (2026b).

Ao observar a Figura 5, é visível que a distribuição da população jovem em São José dos Campos não é homogênea, ela se concentra nos setores com índices de vulnerabilidade social no município. Conforme o Plano Diretor da cidade (2018), o maior número de jovens se concentra nos setores 05A (Est. Martins Guimarães), 32 (Buquirinha), 12 (Campo dos Alemães), 27 (Novo Horizonte), 29 (Putim) e 07 (Pararangaba), que são localizados na região Leste e nas extremidades das regiões Sudeste, Sul e Norte. Já as regiões Oeste e Centro são as que apresentam menores percentuais de jovens, sendo marcada por um índice relevante de adultos e idosos.

A Figura 5 demonstra que as áreas centrais se materializam como eixos de atração e fluxo intenso, enquanto as zonas com maior densidade de jovens (em tons mais

quentes no mapa) coincidem com as zonas periféricas da cidade. No Quadro 2 segue uma análise sintética das diferenças socioeconômicas e estruturais das regiões mencionadas acima.

Quadro 2 – Dados sintetizados da segregação periférica em São José dos Campos.

REGIÃO / SETORES	PERCENTUAL DE JOVENS	PERFIL SOCIOECONÔMICO E INFRAESTRUTURA	RELAÇÃO COM OS EGRESSOS (P1, P2, P3)
Setores Periféricos (05a, 07, 12, 27, 29, 32)	28,6% a 31,4% (Cores quentes)	Baixa renda média, alta taxa de natalidade e serviços públicos rarefeitos.	Destino após o desligamento; local de sobrevivência e invisibilidade política.
Setores Central e Oeste (Eixo nobre da cidade)	20,2% a 23,9% (Cores frias)	Alta renda, concentração de empregos formais, <u>COMUNIDADES</u> , lazer e infraestrutura completa.	O centro, a partir de uma perspectiva torna-se "mercadoria" inacessível. No entanto, ainda assim, existe uma comunidade potente presente no território.

Fonte: Elaborado pela Autora com base no Plano Diretor Estratégico de São José dos Campos (2026b).

Ao sobrepor as informações de vulnerabilidade e densidade demográfica, esta figura funciona como um instrumento que acaba evidenciando as maiores concentrações de jovens coincidem com as áreas de menor investimento estatal e com infraestrutura baixa x as de maiores investimentos. A parte mais densa do mapa, apresentada por tons quentes, localiza os destinos dos egressos após o desligamento das instituições de acolhimento.

Esta configuração espacial valida a tese da “injustiça espacial”, trazido por Soja (2014), geógrafo que carrega consigo esse conceito: o jovem egresso, ao ser desligado da instituição de acolhimento, é empurrado para as zonas periféricas onde o percentual de jovens é maior, mas a as oportunidades e infraestrutura são oferecidas em menores escalas.

Sobre isso, Soja explana que a organização do espaço é em si, um ato político que produz desigualdades ao afirmar que "a injustiça espacial não é apenas um reflexo de desigualdades sociais preexistentes, mas uma força ativa que molda e mantém essas

disparidades" (Soja, 2014, p. 45). Dessa forma, a distribuição desigual de recursos e oportunidades no território acaba por criar espaços na cidade que marginalizam sujeitos e restringem o acesso aos direitos básicos.

Em São José dos Campos pode-se observar essa materialização da fragmentação dos setores periféricos, a partir da distância dos eixos de oportunidade e a topografia muitas vezes atuam como barreiras ao exercício da cidadania, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro 3 – Setores periféricos e a caracterização da injustiça espacial por região.

REGIÃO	SETOR (PDE)	BAIRROS DE REFERÊNCIA (EXEMPLOS)	CARACTERIZAÇÃO DA INJUSTIÇA ESPACIAL
Leste	05A, 07, 27	Novo Horizonte, Pousada do Vale, Galo Branco, Righi, Santa Maria, Santa Cecília, Jd. São José, Campos de São José etc.	Alta densidade juvenil; distância geográfica dos centros de emprego; forte estigma social.
Sul / Sudeste	12, 29	Putim, Vila Nair, Pq. Interlagos, Campos dos Alemães, Vila Menino Jesus, Jd. Limoeiro, Jd. D. Pedro I, Jd. Colonial etc.	Áreas de expansão urbana com oferta irregular de serviços; concentração de famílias vulneráveis.
Norte	32	Jaguari, Pedra D'Água, St. Agostinho de Cima/Baixo, Buquirinha 1 e 2 etc.	Configuração do terreno com alta declividade; isolamento em relação ao eixo de mobilidade da Dutra.

Fonte: Elaborado pela Autora com base no Plano Diretor Estratégico de São José dos Campos (2026b).

O conceito de injustiça espacial proposto por Soja abre espaço para analisar que não se pode chamar de "acidente", os jovens egressos estarem concentrados nas regiões periféricas da cidade, mas sim de um planejamento segregativo. Quando o Estado falha em garantir a habitação, seja ela central ou em torno; ou o acesso a outros serviços, ele opta por materializar o espaço como uma ferramenta de exclusão. A injustiça reside no fato de que o território onde estes jovens são "descartados" após a maioria é falho de recursos necessários para o exercício da sua autonomia plena, transformando a periferia numa zona de abandono biopolítico.

Neste contexto, o jovem não é apenas um dado estatístico; torna-se um sujeito atravessado pela biopolítica do esquecimento. Se a cidade é planejada para o lucro e para as "grandes firmas", o excedente populacional jovem que não se integra imediatamente ao mercado de trabalho ou que não possui suporte assistencial/familiar/comunitário é empurrado às margens, tanto territorialmente falando, quanto sociais.

A proteção social, conforme discute Oliveira (2024), transcende os limites da política de assistência social. Trata-se de um conceito que atinge muitas camadas – a segurança, saúde, educação, habitação e, fundamentalmente, a mobilidade urbana. Sob essa ótica, a proteção social deve ser entendida como um direito do cidadão de ser e exercer a sua autonomia plena.

No entanto, para o jovem egresso das instituições de acolhimento em São José dos Campos, observa-se uma fragmentação dessa rede. Como a autora destaca em sua análise sobre a justiça espacial no município, a ausência de políticas intersetoriais eficazes acaba por limitar sujeitos vulneráveis a zonas de desassistência. Para os participantes desta pesquisa, como veremos, a falha em políticas como habitação e emprego digno não é apenas um buraco, mas a negação da própria proteção social prometida pelo Estado, resultando no que Oliveira (2024) denomina como a produção da injustiça espacial.

A falta de políticas habitacionais e de inserção digna condena esses egressos a estabelecerem suas condições de sobre(vivência) nas ruas, transformando o direito à cidade em uma experiência de exclusão e descarte. O uso do parêntese na palavra sobre(vivência) não é meramente estilístico; ele sinaliza o ato de sobre-existir em um cenário de marginalização e apagamento identitário.

Tal como uma camada que se sobrepõe, essa existência é abafada por opressores - e aqui representados pelo Estado e comunidade -, conforme discute Gilmore, esses detentores do poder operam sob uma lógica onde certos corpos são tornados descartáveis para sustentar o ciclo do capital. Trata-se de uma inclusão marginal: o jovem não está fora do sistema, mas inserido nele como um resto necessário, cuja invisibilidade

é planejada para alimentar as engrenagens da segregação urbana e do sistema carcerário.

O centro da cidade, como afirma Harvey (2014), tornou-se uma "mercadoria para os que têm dinheiro". Ao ser desligado da instituição, o egresso confronta o custo de vida elevado da região central. Para aqueles que ocupam determinadas posições sociais e que podem escolher o local de moradia, o acesso a direitos não é uma garantia, mas sim um privilégio.

Como resultado, observamos a pressão sobre o espaço urbano, levando a população mais vulnerável a ser deslocada para as zonas periféricas, ultrapassando para além dos limites do perímetro urbano previamente estabelecidos. Essa realidade os coloca em situação de maior vulnerabilidade, sujeitando-os a estigmas sociais e a riscos.

Essa pressão expulsa o jovem para as periferias, onde o acesso a serviços é precário, submetendo-o a uma nova rodada de exclusão. A falta de coragem política para exercer uma "crítica sistemática" sobre o uso do solo urbano resulta na negação do direito à cidade.

O Estado, que deveria proteger, acaba por empurrar o jovem para a lógica do "mal-estar neoliberal", pois o jovem que sai do acolhimento aos 18 anos é bombardeado pela ideia de que seu sucesso ou fracasso depende exclusivamente do seu esforço (meritocracia). O "mal-estar" surge quando ele percebe que, sem rede de apoio ou moradia, é impossível cumprir essa exigência de performance.

O debate não se restringe à questão da habitação, mas abrange a necessidade de acesso a serviços básicos, mesmo estando longe da região central. Para garantir uma qualidade de vida mínima, é imprescindível que as pessoas tenham acesso a esses serviços dentro de seus bairros, sem a necessidade de enfrentar longos deslocamentos, a fim de que se tenha atendimento.

O conceito de "direito à cidade", proposto por Harvey (2014) é central quando discutimos o acesso aos direitos. É necessário destacar que, "essa discussão frequentemente resulta na falta de coragem para exercer uma crítica sistemática"

(Harvey, 2014, p. 29), talvez pelo desconhecimento da população em identificar que é possível reivindicar por seus direitos.

Para as camadas mais vulneráveis da população, esse direito se materializa de maneiras distorcidas, sempre levando consigo o discurso da meritocracia, sendo frequentemente "ameaçados pelo mal-estar da ética neoliberal individualista" (Harvey, 2014, p. 49), onde se marginaliza ainda mais as suas condições de vida. Isso revela como a organização do espaço urbano reflete as desigualdades socioeconômicas mais profundas e muitas das vezes invisíveis.

A lógica que organiza o espaço urbano, voltada para os interesses de uma minoria privilegiada, continua a marginalizar as camadas populares, desafiando a ideia de que o acesso à cidade é um direito universal.

A invisibilidade das diversas desigualdades nos circuitos urbanos, pressiona os jovens egressos do acolhimento para as regiões periféricas, no entanto essa situação está registrada historicamente, na memória coletiva da cidade. Memória essa que não se resume a um registro do passado; mas como um elemento ativo que denuncia as dificuldades do "direito à cidade" para muitos.

A memória coletiva dá visibilidade às trajetórias e reconhece os espaços e ações de resistência construídos e reafirmados. A partir disso, é possível aprofundar a discussão sobre a necessidade do reconhecimento da memória coletiva e a construção da identidade frente ao papel das políticas de reparação.

Utilizando-se de Soja, o autor Bret (2015) amplia o debate ao defender que a justiça espacial não deve ser compreendida apenas como uma ocorrência de fluxos migratórios de bens e serviços, mas como uma dimensão da justiça entre as pessoas. Para o autor:

A justiça espacial não se limita à justiça distributiva, isto é, à distribuição de bens, benefícios e encargos da vida coletiva. Além do fato de que a organização territorial tem efeitos sobre o exercício da democracia, a justiça espacial também diz respeito ao arcabouço territorial oferecido ao respeito das identidades individuais e coletivas. A estigmatização de um lugar pode realmente prejudicar a imagem de quem mora lá e minar sua autoestima (Bret, 2015, p.1-2), tradução nossa.

Ao analisar esse conceito de injustiça espacial, juntamente com o que foi apresentado até então, para a realidade dos jovens aqui ouvidos, compreende-se que as zonas periféricas de São José aplicam um plano segregatório que vai além da privação de bens materiais. A estigmatização desses territórios, somada à trajetória institucional do acolhimento, aplica uma bomba na autoestima do jovem egresso, dificultando que ele se reconheça como um cidadão de plenos direitos e reforçando a barreira invisível que o separa do restante da cidade.

Esta injustiça simbólica cria barreiras de subjetividade perversas e, por vezes, intransponíveis, que impedem o jovem de se reconhecer como cidadão de plenos direitos. Observa-se uma fluidez de identidade marcada pelo silenciamento: são jovens que, muitas vezes, evitam o contato visual, fruto de um treinamento implícito nas rotinas por onde passam em suas vidas; como instituições totais, estes espaços muitas vezes priorizam a disciplina em detrimento do afeto.

Esta dinâmica é agravada pela precarização das estruturas do trabalho social, onde a linha de frente é frequentemente marcada por vínculos empregatícios frágeis e ausência de suporte institucional. Contrapondo-se a essa regra que treina o jovem a baixar o olhar, a perspectiva de Rufino (2019) convida ao reconhecimento da astúcia e mandinga como competências legítimas de sobrevivência.

Em vez de serem tratados como 'restos' de um planejamento ineficaz, esses jovens devem ser compreendidos como sujeitos que dominam tecnologias de resistência. Assim, a autonomia deixa de ser uma jornada solitária e punitiva imposta pelo mercado, para tornar-se a capacidade coletiva de reconstruir o próprio destino, fundamentada no reconhecimento de sua força, de seu território e de sua identidade.

6 A VOZ DO JOVEM EGRESSO

Para que a análise dos conceitos apresentados aqui não se finalize na teoria, após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), compreende-se como necessário o confronto dessas linhas teóricas com a materialidade da vivência desses jovens que atingiram a maioria sob a tutela do Estado.

Isso também proporciona ao leitor desta dissertação a possibilidade de sentir o que os sujeitos egressos vivenciam, dentro da lógica da exclusão. Esta seção apresenta o relato de três egressos, cujas trajetórias revelam as lacunas de um sistema de acolhimento que, ao fim do ciclo etário, muitas vezes não consegue converter ou então finalizar esse processo positivamente para a vida dos egressos.

Aqui, é relevante lembrar o lugar de fala da pesquisadora: a atuação profissional em um CREAS em São José dos Campos, que permite uma escuta privilegiada e, ao mesmo tempo, de muita angústia e compaixão. O contato cotidiano com esse público evidencia que a "saída" do acolhimento se torna invisível ao governo, que dificulta inclusive a pesquisa acadêmica.

Também é importante dizer que as entrevistas não foram realizadas nos espaços da organização do trabalho da autora, e sim, conforme mencionado ao CEP em locais públicos ou via plataformas online. Aqui, sobre o espaço de trabalho, somente um relato de acompanhamento será apresentado, considerando as normas de ética.

A metodologia da "bola de neve" (*snowball sampling*), pensada e planejada para aplicação neste estudo, se solidificou como um grande desafio - já previsto pela pesquisadora -, pois sob o contexto do desligamento por maioria das instituições de acolhimento, fala-se muito sobre o trauma e o medo que permeiam a vida no período pós acolhimento.

O silenciamento desses jovens não é um dado nulo; é, em si, um resultado da pesquisa.

Em um dos contatos, a jovem abordada recusou-se a participar da entrevista, alegando o desejo de romper definitivamente com qualquer memória do acolhimento. Esse movimento de "não pertencimento" forçado, indica que para muitos a marca da instituição é um estigma que se tenta apagar, para que a "vida comum" possa começar, mesmo que em condições de subsistência.

As estruturas familiares dos adolescentes em acolhimento institucional, reconhecida pela sociedade como disfuncional e a narrativa da meritocracia econômica reforçam a tendência de marginalizá-los diante da sociedade. Levando à criação de representações estereotipadas, frequentemente estigmatizadas nos processos sociais.

Para Goffman (1988), o estigma não reside no indivíduo em particular, mas no contexto social que esse indivíduo está inserido. Sendo assim, a percepção e o tratamento dos jovens em acolhimento institucional são influenciados não apenas pelas suas características pessoais.

A interação entre esses elementos - ambiente social, memória coletiva, concepções de identidade e experiências individuais - afeta de forma complexa o desenvolvimento da identidade na adolescência institucionalizada, contrafazendo diretamente a forma como esses jovens se veem e são percebidos pela sociedade, além de ter um impacto significativo em suas trajetórias de vida.

A imagem que se tem de um jovem institucionalizado, quando compartilhada socialmente, interfere diretamente na forma como o jovem se percebe e como os grupos sociais o recebem, integrando-o ou não naquele contexto. Os próprios jovens consideram que a condição de institucionalização lhes confere uma identidade social, marcando-os como diferentes perante a sociedade e os tornando, potencialmente, alvos de preconceito. (Buffa; Pauli-Teixeira; Rosseti-Ferreira, 2010).

Para os jovens egressos, o campo social é um espaço onde diferentes grupos interagem e valorizam valores e perspectivas de vida distintas, conforme a realidade subjetiva de cada um. A capacidade de pertencimento a uma história construída nas instituições pode dialogar ou não com os vínculos daqueles que ali estiveram inseridos. Essa mesma capacidade, também pode ser afetada pelas experiências anteriores de

violação de direitos e pela transição de um ambiente institucionalizado para uma vida “adulta”.

Outro caso de silenciamento ocorreu quando uma participante, após iniciar a entrevista, solicitou a exclusão de seus dados por receio da vigilância de seu atual companheiro. Essa situação torna-se uma realidade comum e invisibilizada entre as egressas: a busca por uniões estáveis precárias como estratégia de sobrevivência. Diante da ausência de políticas habitacionais e da inabitabilidade das ruas, muitos jovens se sujeitam a relacionamentos com homens significativamente mais velhos em troca de um teto e segurança alimentar.

A vigilância de hoje em dia não se limita aos muros; ela se infiltra nas relações que se tornam visíveis. Nesses dois casos, essa visibilidade é o que gera o medo: elas sabem que estão sendo observadas, não mais pelo Estado, mas pelo parceiro ou pelos lugares que frequentam. Foucault (1999) explica essa simbiose através do conceito de panoptismo: esquema ideal do poder disciplinar baseado no modelo arquitetural de Jeremy Bentham. Tal modelo consiste em uma torre central que permite a observação total das celas sem que o observador seja visto, induzindo no indivíduo um estado consciente e permanente de vigilância.

Esse panoptismo cria uma sensação de visibilidade ininterrupta, onde o indivíduo, mesmo sem saber se está a ser observado num momento exato, comporta-se como se estivesse. Se no SAICA a vigilância era exercida por figuras de autoridade, como educadores, equipe técnica, no ambiente das "uniões por subsistência", o olhar vigilante é exercido pelos companheiros.

O medo de que o "gestor" da sua vida tome conhecimento de sua fala, atua como se fosse a interiorização de uma vigilância constante, mencionada por Foucault: a participante vigia a sua própria fala e silencia a sua narrativa para evitar uma possível punição - que, neste caso, é a perda do teto. O companheiro, muitas vezes mais velho, assume o papel de "gestor" dessa vida, reproduzindo mecanismos de controle.

Essas jovens, em busca de um futuro supostamente promissor e da estabilidade de se ter uma “casa”, acabam por trocar a tutela estatal pela tutela de uma pessoa, uma tutela “privada”, que pode ser mais repressiva e controladora do que as instituições de acolhimento. Essa dinâmica reafirma a tese de que a negação do direito à cidade e à moradia digna empurra o egresso para zonas periféricas e zonas de desconforto emocional e físico, onde a autonomia é sacrificada em nome da sobrevivência.

Esse silenciamento solicitado pela – possível – participante e o encerramento da entrevista não se resumem em aspectos metodológicos e sim demonstram evidências em relação à pesquisa e o objeto de pesquisa. Onde a sobrevivência dessa participante é “gerida” por um terceiro do qual interliga a negligência estatal com a possível opressão no ambiente doméstico

6.1 A PORTA DA RUA É A SERVENTIA DA CASA: URBANIZAÇÃO, INVISIBILIDADE E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE PARA JOVENS EGRESSOS DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

Antes de adentrar nas entrevistas realizadas, como expressão empírica do que apresentamos até então, apresenta-se um relato que surge como uma luz de um acompanhamento longitudinal que realizei no CREAS. Aqui apresento-lhes um relato de um adolescente que desde os seus 13 (treze) anos de idade é acompanhado pela rede de proteção do município de São José dos Campos.

Ao aproximar-se da maioridade no primeiro trimestre de 2026, esse adolescente personifica em seu comportamento a angústia de ser desligado do serviço de acolhimento. Em sua trajetória, a sobrevivência nunca se configurou como um exercício de autonomia, mas como uma reação ao peso de traumas acumulados e vínculos familiares rompidos. Acolhido desde os 15 anos, o jovem demonstra, em seus relatos, uma compreensão da engrenagem em que está inserido: percebe que, enquanto adolescente, o Estado investe no controle e na disciplina de seus atos, mas antecipa que, ao cruzar a maioridade, tornar-se invisível para as políticas públicas.

Recentemente, este sujeito optou por abandonar o programa Jovem Aprendiz para assumir um emprego articulado pela APAR. Sob a ótica de Michel de Certeau (1998, p. 100), essa mudança não deve ser lida apenas como uma "vontade de ter um emprego melhor" ou uma escolha de profissão, mas deve ser encarada também como uma tática de sobrevivência.

Diante da decisão, não se pode definir como falta de foco essas mudanças repentinas. Compreender que esse jovem não transita entre ocupações por falta de foco ou desinteresse é distanciá-lo da situação que ele vivencia, são processos que acabam o empurrando para manobras de subsistência que, muitas vezes, fogem dos seus próprios desejos e interesses pessoais.

Enquanto o planejamento estatal falha em oferecer suporte habitacional, o jovem adota táticas de sobrevivência que privilegiam o acesso a uma renda 'imediata' em detrimento da formalidade laboral. Ao trocar o emprego formal pelo 'bico' na barbearia para garantir o teto, ele exercita as 'artes de fazer' (Certeau, 1998). O objetivo nunca foi a integração a um sistema que o exclui, mesmo porque em seus relatos percebe-se a plena consciência disso, mas sim de tentar criar manobras de subsistência no curto intervalo de tempo que antecede o seu desligamento institucional.

Em todo o acompanhamento, ele relata os vínculos fragilizados e rompidos com a família de origem, todos os contatos surgem pedidos recorrentes para que "eu não o abandone", o expondo a uma relação de afeto em que o Estado é um conjunto de rostos em quem ele possa depositar uma confiança precária. Também nos contatos com esse jovem, observo que o mesmo possui conhecimento sobre a lógica da gestão populacional (Kussler, 2021), aos dezoito anos deixará de ser prioridade no sistema de assistência para tornar-se apenas mais um indivíduo no mundo, Brasil, São Paulo, Vale do Paraíba, São José dos Campos.

O acompanhamento deste jovem no CREAS, relatado aqui como um prenúncio do que o desligamento institucional produz em larga escala. Sua luta diária para tentar 'dominar esse sistema', e utilizando-se de manobras e movimentos de subsistência demonstrará a partir das entrevistas que não é apenas um caso isolado. O jovem tem

ciência de que não tem poder sobre as leis, mas sabe "dominar" os códigos da rua e as malícias necessárias para sobreviver, onde o Estado falha.

Segue abaixo, no Quadro 4, o perfil sintético dos sujeitos cujas trajetórias fundamentam a análise desta seção. Para preservar o sigilo, os participantes são identificados pelos códigos P1, P2 e P3.

Quadro 4 - Caracterização dos participantes da pesquisa.

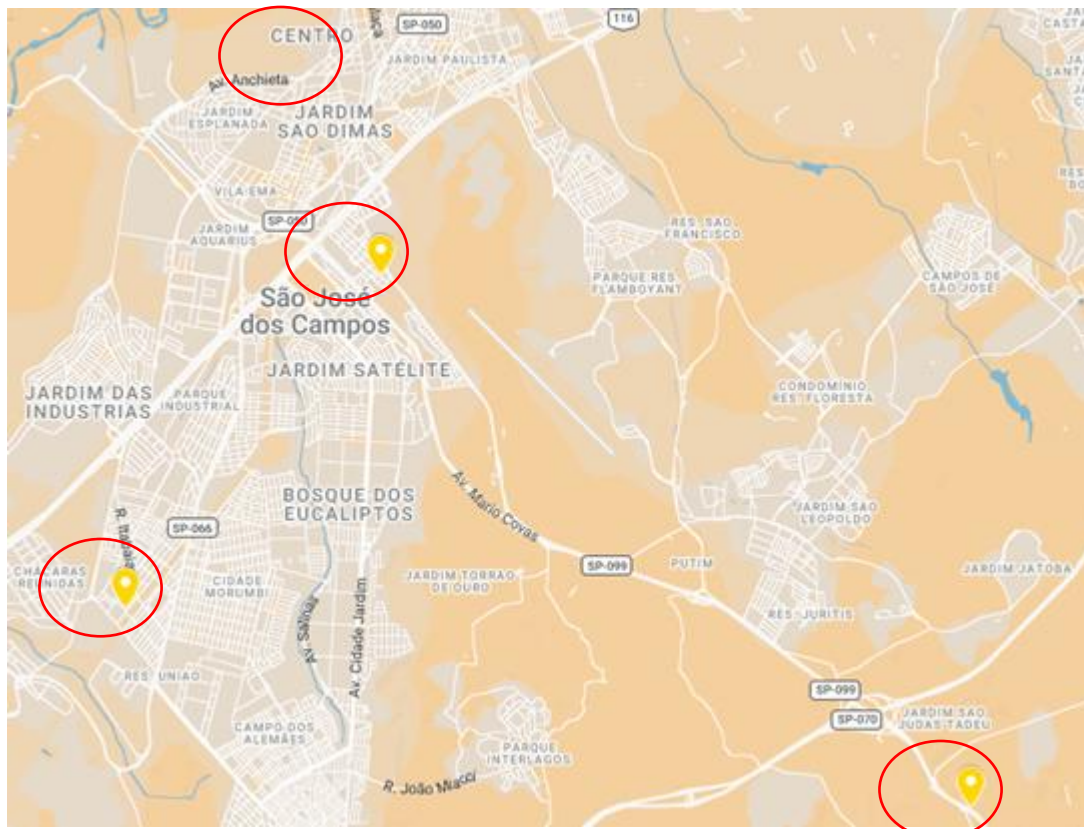
IDENTIFICADOR	GÊNERO	AUTODECLARAÇÃO RACIAL	IDADE ATUAL	TEMPO DE ACOLHIMENTO	SITUAÇÃO PÓS DESLIGAMENTO (DEZ/2025)
P1	Feminino	Preta	19 anos	Desde os 12 anos, com intervalos desiguais, até a maioridade.	Retorno forçado à família de origem; vivência de rua.
P2	Masculino	Preto	23 anos	Desde o nascimento até a maioridade.	Itinerância em hotéis sociais; dívida bancária; fragilidade de saúde mental.
P3	Feminino	Parda	18 anos	13 anos (órfã aos 5), até a maioridade	Institucionalização total; internação na Fundação CASA; rede de apoio simbólica e afetiva.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

As discussões acima ganham reforços e materialidade a partir dos relatos dos jovens egressos, reforçando o uso da história oral como metodologia deste estudo, as falas de P1, P2 e P3 busca-se compreender como esses sujeitos significam suas trajetórias após o desligamento institucional. Os discursos revelam que a "saída" do acolhimento não se resume apenas a um marco necessário (do ponto de vista legal), mas sim em uma mudança de percurso na vida desses jovens.

Nesse sentido, a Figura 6, apresentada a seguir, ilustra a distribuição desses jovens no território de São José dos Campos, após o desligamento das instituições. Essa localização, cujo objetivo não se limita à aleatoriedade, mas a toda discussão trazida nos capítulos acima, ela coincide em zonas de fluxo onde a sobrevivência é possível. E também dialoga com a Figura 5, onde demonstra a maior densidade populacional de jovens.

Figura 6 - Dispersão dos egressos no período pós-acolhimento.



Fonte: Elaborada pela Autora, a partir do Google Earth (2025).

Ao confrontar a Figura 6 com a densidade de jovens apresentada na Figura 5, confirma-se o encontro entre a análise documental e a realidade. Observa-se que a localização dos egressos, mapeada nesta pesquisa, evidencia um distanciamento social, territorial e afetivo em relação às instituições de acolhimento originais.

Isso também remete ao conceito de injustiça espacial que diante das desigualdades estruturais e das omissões estatais, os jovens são empurrados para as

periferias como única alternativa de permanência urbana. Atualmente, a dispersão desses sujeitos concentra-se predominantemente nos setores socioeconômicos das regiões Sudeste (setor 29 – Putim) e Sul (setor 12 – Campo dos Alemães).

Essa periferização territorial é acompanhada por uma periferização dos direitos e dos afetos. Para compreender como essa distância pode ser traduzida em vivência, apresenta-se o relato da primeira entrevistada, P1. Sua trajetória exemplifica o choque da 'reparação' e a fragilidade dos vínculos familiares — laços que o Estado, sob uma lógica meritocrática, espera que sejam suficientes para sustentar a autonomia do jovem sem o suporte de políticas habitacionais.

A ideia de autonomia, muitas vezes institucionalizada, ignora a sabedoria prática desenvolvida por esses sujeitos na lacuna das políticas públicas. Conforme Luiz Rufino (2019), esses jovens reinventam o próprio sentido de ser autônomo por meio de táticas que o olhar institucional não consegue alcançar:

São sujeitos comuns, praticantes munidos de saberes que desferem golpes imprevisíveis, oportunos, produtores de ações rebeldes que inventam os cotidianos como possibilidade de sobrevivência. Grita a máxima daqueles que poetizaram a noção de sobrevivência como o sambar no fio da navalha: “Vida de malandro não é fácil”. Rufino (2019, p. 124)

A partir disso, a sobrevivência para o jovem egresso configura-se como um constante exercício de equilíbrio. A máxima citada por Rufino demonstra a sagacidade necessária para navegar em um território segregado, onde a autonomia não é um estado alcançado por meio de um plano construído nas instituições, mas uma conquista diária forjada na resistência e na ocupação das frestas da cidade.

Em seu depoimento, P1 evidencia a angústia da transição e a percepção de um corpo que transita entre a invisibilidade das ruas e o controle precário do ambiente doméstico. Após completar 18 anos, ela retornou a um núcleo familiar marcado pelos mesmos anos de desconhecimento, revelando que a 'porta da rua' muitas vezes leva de volta a um ambiente de vulnerabilidade que o acolhimento não conseguiu superar:

Ah daquele jeitão né? Tá ligada que se as coisas não são do jeito do meu pai, ele vai me tacar pra fora. Sé louco. [...] Ninguém me quer, não me quis até quando eu tava no abrigo, vão me querer agora de maior? Tia, ninguém tá nem aí não... eu tô cheirosa(o)? Fiquei o dia todo na rua, fiquei perto do abrigo, às vezes dá saudade de lá. (P1)

Em sua fala confusa em relação aos caminhos que a levaram a residir novamente em um ambiente doméstico que é controlado por uma pessoa e a liberdade precária de se estar nas ruas, quando questionada sobre alguma lembrança do acolhimento, P1 destaca a vantagem estratégica da localização da instituição: "sinto falta de tá mais perto aqui do centrão e pa, sair e voltar mais perto do que lá onde eu tô".

Para P1, o "centrão" de São José dos Campos não é apenas um lugar de fácil acesso, mas representa uma visibilidade da qual na sua nova região de moradia não tem. Em contraste, o retorno forçado à casa de um genitor que outrora a negligenciou – onde ela afirma que "se as coisas não são do jeito dele, ele vai me tacar pra fora" – representa um espaço sem autonomia e a negação do seu direito de escolha sobre onde residir e circular, mesmo após completado a maioridade.

A trajetória de P1, que se desloca do abrigo para a periferia e tenta retornar ao 'Centrão', é um movimento de resistência, pois em sua condição de vida atuar contra esse fluxo é custoso financeiramente e mentalmente. Nesse caso, os territórios não oferecem as oportunidades suficientes o bastante para uma reintegração de maneira plena e saudável. Ao contrário, apenas reproduzem a marginalização e os mantêm "reféns" de um circuito que os exclui e perpetua a desigualdade. O direito à cidade e o que se prevê no ECA de "sujeito de direitos", é negado a eles na prática.

Na negação desse poder de "reinventar a cidade", os jovens egressos dos serviços de acolhimento encontram uma realidade urbana onde o espaço é imposto e não construído por eles. Conforme Harvey (2014) explana, "a liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados".

O acesso a recursos básicos (emprego formal, moradia digna, educação de qualidade) é dificultado não por falhas individuais, mas porque a própria estrutura da

cidade – planejada para o lucro e a acumulação (Harvey, 2014) – os exclui com intencionalidade.

Ao analisar a dificuldade do participante “P1” em desassociar a questão da venda de ilícitos “a melhor quebra é o centro” a possibilidade de reinventar sua trajetória, fica evidente a negação do direito à cidade. Impasse este que se reflete e limita nas escolhas de vida de cada jovem egresso do serviço de acolhimento. Para Harvey, a cidade é construída a partir de um trabalho coletivo, e o direito a ela implica o direito à participação e ao valor de uso do espaço, em oposição ao seu valor de troca.

O jovem egresso do abrigo, muitas vezes sai em condições de inabitabilidade ou então restrito a moradias precárias ou a regiões em zonas periféricas após o acolhimento. Harvey (2014) ainda reforça que, o direito à cidade é o direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade. Contudo, o que se observa na trajetória desses egressos é a total ausência de uma dominação sobre o território. Eles se tornam 'objetos' do planejamento estatal enquanto institucionalizados e tornam-se 'restos' do planejamento urbano após o desligamento, se encontrando fisicamente distante dos objetos que podem promover a reintegração e socialmente isolado das ações (fluxos de informação, redes de apoio formais).

A partir disso, incluir nesta discussão a visão de Marx soma-se ao argumento apresentado, pois esses 'restos' traduzem a formação de uma superpopulação relativa, uma massa excedente cuja existência precária é funcional à manutenção do domínio territorial e à fluidez do capital. O sistema se perpetua em escalas cada vez maiores:

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capitalista – capitalistas de um lado, assalariados de outro –, a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista em escala ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados (Marx, 2017, p. 837).

No contexto de São José dos Campos, a transição por maioria dos egressos materializa a acumulação primitiva trazidas nos tempos atuais, que se materializa no processo de despossessão de território, onde o jovem é desempossado da instituição (a partir de uma legislação) e lançado à um território que não o reconhece.

Ao ser convidado para sair da proteção estatal sem redes de apoio, resta-lhe apenas a inserção marginal em um mercado de trabalho informal ou a entrega ao sistema carcerário. Essa dinâmica garante que a relação capitalista se reproduza, transformando o corpo do egresso em um resto para o ciclo de acumulação e para os mecanismos de controle social dos corpos vulneráveis.

A compreensão de Villaça (1998) – do território como mercadoria –, dialoga com o conceito de Marx, onde esse território torna-se mercadoria e intensifica desigualdades em que as políticas de atendimento tentam – e na maioria das vezes falham – em buscar soluções para os jovens egressos.

Complementando a trajetória de P1, o relato de P2 revela um dos entraves do desligamento institucional sem investimento a financeirização da vulnerabilidade e a imobilidade justificada pela burocracia de acessar seus documentos pessoais. Enquanto P1 explana o banimento no território conhecido para um desconhecido, P2 personifica o egresso que, embora fisicamente presente na cidade, encontra-se num "limbo de cidadania" mediado pela dívida, pela ausência de documentos e falta de rede de apoio.

A participante P2 relata ter vivido sob tutela estatal desde quando era criança. Ao atingir o limiar da maioridade, sua "saída planejada" revela-se, na prática, um choque de desamparo:

Eu senti medo, né? Porque a gente sabe que tem que sair. As tias me ajudaram no que conseguiram, mas não tinha nada só o Loas [BPC]. Saí e fui pra rua, pra hotel, pra casa de um e de outro. Ninguém planeja ficar devendo 20 mil e morando em hotel de 50 real a diária. (P2)

No contexto neoliberal, o egresso não é apenas um sujeito abandonado, mas um corpo explorado em sua própria miséria. A conta da sobrevivência – onde diárias de hotel à R\$ 50,00 totalizam R\$ 1.500,00 mensais – é matematicamente incompatível com a realidade do benefício BPC, forçando P2 a uma relação transitoriedade permanente nos territórios, provinda de um déficit habitacional institucionalizada por uma estrutura urbana ineficaz.

Aqui vale refletir sobre a financeirização da pobreza: o BPC, em vez de garantir dignidade, é transportado para o mercado informal de submoradias. Há um uso funcional dessa miséria, onde o déficit habitacional institucionalizado não é uma falha, mas um nicho de exploração que mantém P2 em uma transitoriedade sem fim.

P2 afirma que "vivo em abrigo desde quando nasci" e que "não gosta de ficar em abrigo não". Essa trajetória revela que a instituição, que deveria ser um local de cuidado, tornou-se um espaço de inabitabilidade psicologicamente falando. Ao sair, a busca por uma "kitnet" representa o desejo de conquistar o primeiro território de intimidade e autonomia.

A negação do habitar, portanto, não se caracteriza apenas pela falta de um "teto" e sim pela interdição do direito de se sentir pertencente a um lugar e de poder projetar um futuro. Para egressos como P2, a cidade de São José dos Campos apresenta-se como um cenário de passagens e interdições, onde o "plano para o futuro" se atropela pela urgência de pagar a próxima diária ou resolver uma dívida de 20 mil reais que ele nunca contraiu conscientemente. Se para P1 o "centrão" é visibilidade, para P2 a cidade é o lugar onde "um negócio tá atrapalhando eu".

Diferente de P1, que manifesta em sua fala uma rebeldia compatível à idade e ao histórico de vida, P2 revela uma subjetividade fragmentada pelo uso prolongado de psicotrópicos e pela dependência de uma rede de saúde mental que o Estado oferece, mas cujos meios de acesso ele próprio interdita. Observa-se aqui o que se pode denominar como o uso funcional da medicalização, onde o efeito colateral atua como um dispositivo de controle que silencia o conflito e acaba ajustando esse jovem às normas da comunidade.

Nesse sentido, essa prática apresenta um lado do mal estar neoliberal, onde ao invés do Estado oferecer redes comunitárias e vínculos de afeto, ele transfere essa atribuição ao isolamento social, através da química medicamentosa. No diálogo, P2

afirma fazer uso contínuo de medicação controlada/psicotrópicos⁹ (Risperidona e Quetiapina), medicamentos cujo uso deve ser fiscalizado e necessitam de um acompanhamento assíduo da rede de saúde mental. Para P2, a autonomia é substituída por uma dependência; por muitas vezes se sente incluído na política de saúde, mas de forma marginal, pois o acesso ao tratamento não visa sua emancipação, mas sim, uma maneira de dominação.

Aqui a necropolítica se manifesta na 'deixa morrer' psíquica: ao negligenciar a documentação básica de um jovem medicalizado sob sua tutela por 18 anos, o Estado a empurra para o surto e para a desestabilização emocional.

Durante o diálogo, P2 afirma que "gosta de falar das emoções" e justifica a sua saída do CAPS porque "a história de fazer com todo mundo não dá certo". O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), embora seja um dos principais estruturadores e direcionadores do SUAS e do Sistema Único de Saúde (SUS), muitas vezes funciona com protocolos de atendimentos em massa, onde ignora a subjetividade fragmentada do jovem que viveu uma vida inteira sendo tutelado pelo Estado.

A busca de P2 por uma "psicóloga online" e pelo apoio informal de figuras como a "Sandra" e a "Fernanda" revela que o egresso não busca apenas a cura de sintomas, mas tenta encontrar nessas pessoas uma reconstrução de vínculos, para alguém que teve sua vida toda "organizada" por turnos de educadores e assistentes sociais, o atendimento, em alguns lugares também é lido como mais uma forma de "vigilância". Essa vulnerabilidade de saúde mental de P2 torna-se um alvo de exploração, podendo-se justificar pela situação do empréstimo sem seu consentimento, retirando de sua única fonte de renda um valor considerável a sua realidade de vida.

⁹ Conforme a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), os produtos sujeitos a controle especial (entorpecentes e psicotrópicos) possuem propriedades que apresentam potencial de desvio e dependência, exigindo um controle mais estrito do que o aplicado a produtos comuns. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/controlados>. Acesso em: 26 dez. 2025.

Quando P2 expõe sobre a sua vulnerabilidade em relação ao seu corpo e orientação sexual, que transita entre o acolhimento e a rua, pode-se dizer que é diferente de P3, que demonstra uma postura de enfrentamento, P2 apresenta uma fragilidade viva, onde sua orientação sexual e transtorno mental aparece ligada ao prejuízo e ao abuso psicológico e físico. Ao relatar:

[...] levei um homem lá pra namorar e ele roubou a discreta [bicicleta] (P2).

O participante descreve uma realidade comum entre jovens egressos LGBTQIA+ ou em situação de rua, que se torna a busca por afeto frequentemente procurada é disputada em virtude da sua carência e desorientação. O "namorar", para P2, resultou em uma perda material, em sua saída do local que estava residindo e em uma dívida, que foi perder a sua bicicleta. Para o egresso, dependendo de como se comporta em relação à situação do desacolhimento, exercer sua sexualidade não é algo visceral, mas sim um "objeto" do qual vira alvo de exploração ou de utilização.

No entanto, P2 relata sobre a sua autoproteção:

"Eu sempre me protejo. Sem proteção não rola". (P2)

Esta frase indica que, apesar da confusão mental, ele compreende o risco de infecções e a coisificação do seu corpo exposto na rua. Sua sexualidade é vivida na precariedade desses espaços, nas pensões, nos hotéis, na própria rua, onde a fronteira entre o afeto e a exploração se torna quase inexistente. A "proteção" que é mencionada é o único controle que lhe resta sobre o próprio corpo, já que o controle sobre seu dinheiro (BPC/LOAS) e seus documentos foi retirado por terceiros.

A dependência de P2 em relação a sua amiga Fernanda, quando ele traz:

"Ai não sei, só a Fernanda que sabe" (P2).

Sugere-se que ele realiza frequentemente uma transferência de tutela, após sair do abrigo, onde a "tia" ou o "educador" decidiam tudo, P2 não desenvolveu sua autonomia sobre a própria vida e dispensou essa responsabilidade a quem o acolhe.

Ele sabe que deve 20 mil reais, sabe que o empréstimo é descontado de seu benefício, mas não domina os números. Isso o deixa vulnerável para abusos em seus relacionamentos (sejam amorosos ou de amizade), onde as pessoas podem se aproximar visando o benefício, transformando sua orientação e desejo em ferramentas de submissão.

Quando apontado pela entrevistadora sobre a possibilidade de P2 se restabelecer financeiramente em um acolhimento para adultos, P2 recusa a oferta:

"Eu não gosto de ficar em abrigo não, vivo em abrigo desde quando nasci" (P2).

Esse sentimento remete às vivências da maioria dos jovens egressos, para eles, o abrigo é o lugar da vigilância e do "ser criança eternamente", um espaço que não possibilita a construção de uma autonomia. Em contrapartida, a rua, torna-se o único lugar onde eles possuem a sensação de 'liberdade', ao cruzarem a "porta da rua", eles experimentam uma sensação ilusória de liberdade de escolha, mas essa expressão de emancipação, sem um suporte, pode-se configurar como descarte para alienação, algo relacionado com a biopolítica do controle para a biopolítica do esquecimento. Sem habitação ou renda, a rua não se torna uma escolha e sim uma contingência.

Essa transição marca a mutação de uma biopolítica do controle — onde o Estado vigia o corpo do adolescente no abrigo — para uma biopolítica do esquecimento (ou descarte), onde o Estado simplesmente retira sua mão protetora e permite que a dinâmica predatória da cidade gerencie essa vida. Ao deixar de ser um 'corpo institucionalizado', o jovem torna-se um 'corpo disposto a ser usado'.

Nesse sentido, a alienação mencionada não é apenas mental, mas espacial. O jovem é alienado do direito de produzir a cidade; ele apenas a consome em suas frestas e sobras. A rua, que prometia liberdade, entrega a invisibilidade. Como observa Harvey

(2014), a cidade neoliberal não tem interesse em integrar o egresso, pois ele não possui poder de consumo. Assim, a 'porta da rua' não abre para a cidadania, mas para um hiato de direitos onde a sobrevivência tática (as 'artes de fazer' de Certeau) substitui o planejamento de vida.

O encerramento da entrevista, com a evasão de P2, no meio de um discurso totalmente confuso, demonstra uma relação com a saúde mental, que o impossibilita de não apenas habitar a cidade, como também habitar e dominar seu próprio pensamento. O serviço de acolhimento o manteve vivo e com seus direitos garantidos até a maioridade, mas devido a lei, o desligou e o “entregou” ao descarte de corpos.

Ao saírem, aos 18 anos, os egressos transitam por hotéis de baixo custo e pensões precárias, espaços que Augé (1994), antropólogo francês descreveria como “não-lugares”, pois possuem como característica o anonimato. Para o autor, o lugar antropológico é aquele carregado de sentido, história e identidade; em contrapartida, o não-lugar é caracterizado pelo anonimato e pelo trânsito. P2 exemplifica essa 'invisibilidade urbana' ao habitar hotéis de 50 reais, onde seu corpo é 'coisificado'.

Segundo Augé (1994), o lugar é uma construção simbólica e social que transcende a existência física. Quando a expressão 'não-lugar' designa espaços criados para o trânsito e o comércio, ela descreve a relação que o Estado e a sociedade mantêm com o jovem egresso. Diante disso, percebe-se que a própria instituição de acolhimento, mesmo situada em áreas centrais, já funciona como um não-lugar precursor. Embora esteja fisicamente no 'centrão', o abrigo é muitas vezes invisibilizado pela sociedade, sendo percebido como um espaço de passagem onde o jovem transita e permanece até decisões judiciais ou até a maioridade.

Essa percepção de insignificância é o que sustenta a necropolítica do esquecimento. A constante rotatividade e a natureza impessoal da instituição impedem que a comunidade reconheça que ali é um equipamento de proteção e os deixa “invisíveis”. A falta de visibilidade e de valorização das instituições de acolhimento como espaços fundamentais de proteção também é um reflexo da inadequação das políticas públicas.

Dessa forma, a saída do abrigo não representa a conquista de um “lugar no mundo”, mas a transferência de um não-lugar (abrigo) para um não-lugar (simbolizado pelas pensões, hotéis e casa de colegas que o acolhe). Para P2, essa transição intensifica a discussão quando evidencia que ela não possui um lugar para chamar de seu, restando-lhe apenas o anonimato das ruas e a precariedade dos quartos alugados por dia.

Se o relato de P2 expõe o "deixar morrer" através da negligência estatal, da exploração e das diferentes formas de tornar-se vulnerável, a trajetória de P3 demonstra um desfecho de intensidade e novamente de institucionalização - mesmo com dezoito anos ela retorna para um espaço de “confinamento” - a passagem direta do acolhimento para o sistema socioeducativo (Fundação CASA). P2, acolhida desde o nascimento e órfã desde os cinco anos, viveu 18 anos sob a tutela do Estado apenas para, ao atingir a maioridade em 2025, encontrar-se em sua segunda internação na Fundação CASA.

Diferente de P2, que apresenta falas de confusão mental, P3 manifesta em suas falas uma crítica sobre a sua condição enquanto recém completados 18 anos, talvez seja por seu histórico de vivências advindas de uma longa trajetória nos serviços de acolhimento e, também, por não ter nenhum comprometimento mental em relação ao P1.

Sua entrevista demonstra o esgotamento de quem já não reconhece o Estado como um lugar de proteção, mas sim um conjunto de rostos que ela aprendeu a "dominar" a fim de sobreviver, quando questionada sobre sua situação atual e as internações, a jovem é assertiva ao dizer que:

Aspas [...] outra coisa, pra aquele lugar [Fundação CASA] eu não volto mais não, tô bem de boa. [...] Já conversei com tanta gente, que isso aqui pra mim não é nada (P3).

A fala de P3, quando afirma que já conversou com "tanta gente" que a entrevista "não é nada", a participante denuncia o esgotamento do modelo de atendimento que a transformou em um objeto de sistematização permanente ao longo de 18 anos, ela

demonstrou conhecimento em relação às fases de sua transição nos serviços de acolhimento e uma relação amigável com os técnicos judiciários e juízes.

Sua fala quando se recusa em retornar à Fundação CASA não é apenas uma negação do sistema socioeducativo, mas uma fala de que ela também dominaria o movimento dos atos infracionais que são ou não influentes para estribo e precisa atuar no campo do outro (o Estado/a Ordem). Assim, “A gestão ordinária leva em conta possibilidades de eventos não previstos que acontecem no dia a dia dos sujeitos que formam essas organizações, por meio das estratégias e táticas” (Certeau, 1998, p. 99).

Ao direcionarmos a discussão para a fala de P3 sob essa lente de Certeau (1998), pode-se compreender que P3 planeja sua trajetória de vida se baseando nas oportunidades que o território lhe proporciona. Para o Planejamento Urbano, a região central de São José dos Campos é lida como um espaço estratégico de fluxos econômicos intensos e um núcleo de preservação histórica, conforme discutido por Papali e Zaneti (2018).

No entanto, essa valorização patrimonial e de certa forma funcional, muitas vezes mascara os processos de exclusão social, onde a cidade sanatório de outrora dá lugar a novos mecanismos de isolamento e invisibilidade para as populações vulneráveis.

Para P3, o centro é um espaço de táticas de sobrevivência, a fim de não perder a sua essência e subjetividade construída por cerca de 18 anos:

“[...] agora não sei pra onde vou... a não ser que eu continue na pensão onde eu tô [...] consigo pagar um lugar pra ficar e nada além disso. Tenho que continuar vendendo você sabe bem o que pra continuar aqui por perto, cresci aqui no centro, como que vou fazer se sair daqui? (P3)”.

O centro de São José dos Campos, para P3, assim como P1 é o seu território conhecido; ser expulsa dali por falta de renda seria sofrer um novo abandono e também uma nova forma de violência. A pensão por morte mencionada, embora seja um recurso real, é tratada pelo Estado como uma garantia de autossuficiência. Mas esse valor mal cobre o custo de um "teto", empurrando a jovem para a ilegalidade como única alternativa encontrada para custear sua permanência no território.

Conforme a perspectiva de Santos (1996), o território é formado por “fixos e fluxos”; os fixos (pensão e abrigo) são os elementos que modificam um lugar, enquanto os ‘fluxos’ são ações que atravessam esses fixos, podendo redefinir seu significado. Como argumenta Santos, “Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (Santos, 1996, p. 53; 1993, p. 75-85)”.

Ao buscar as atividades ilícitas para 'continuar aqui por perto', P3 tenta dominar esses valores “fixos” da região central. Assim sendo, Santos analisa essa dinâmica de fixos e fluxos como uma configuração territorial, que só ganha existência através das relações que a animam. Para P3, conseguir habitar os 'fixos' formais, ela utiliza o comércio de ilícitos como um mecanismo de sobrevivência.

Complementando a ideia das “táticas”, aqui trazidas por Certeau (1998), é preciso compreender que esses espaços e práticas cotidianas são usados pelas pessoas comuns de maneiras que muitas vezes são ignoradas ou subestimadas pelos teóricos sociais - aqui podendo se comparar a rede de atendimento em São José dos Campos -. No caso desta pesquisa, as ações de P3, como seu domínio dos códigos da rua e a manutenção de sua rede estabelecida na região central, demonstram como essas práticas representam formas de resistência e expressão cultural significativas frente à exclusão.

Essa resistência manifesta-se no "uso" que o egresso faz da cidade, enquanto o planejamento urbano (estratégia) enxerga o centro como um local de passagem ou consumo, o P3 o usa como território de sobre(vivência). Ignorar essas práticas como "marginais" seria subestimar a capacidade desses jovens, assim, o ato de "continuar vendendo" ou de ocupar o hotel de 50 reais (como P2) são artes do fazer que desafiam a biopolítica do esquecimento, provando que, mesmo sem o suporte do Estado, o sujeito egresso insiste em imprimir sua marca e sua existência, por mais que para muitos sejam de maneira precária e marginalizada.

Em relação a sua possível rede de apoio, P3 solidifica a ideia de uma família simbólica e institucional, diante do rompimento total de vínculos consanguíneos: "Que

família, tia? Para com isso, eu não tenho. A única família que tenho são as meninas, que são minhas irmãs, e olhe lá".

Essa realidade vivida por P3, mesmo que tenha uma rede de apoio materializada por suas "irmãs" do acolhimento, não se transporta para sua maioridade, pois assim como ela se comporta, essa rede de apoio torna-se tão vulnerável fora dos muros da instituição, pois foram vínculos estabelecidos em um contexto de dor e de sobrevivência. Ao completar 18 anos, essa "família" também se encontra no mesmo contexto que ela, sem ter um "teto", isso demonstra o quanto o Estado acaba falhando em não fomentar a convivência comunitária.

A trajetória dessa participante demonstra o que discutimos acima sobre uma questão que remete a história a institucionalização total: o Estado "protegeu" a criança até a maioridade para, em seguida, entregar a adulta ao sistema prisional, confirmando que a "porta da rua" do acolhimento funciona, muitas vezes, como uma porta giratória e predatória para o descarte.

Assim pensando ao retornar ao título da dissertação: "A porta da rua é a serventia da casa", compreende-se que em relação a legislação que preconiza sobre a saída por maioridade das instituições de acolhimento que são organizadas a partir do ECA, não se pode resumir numa simples exigência legislativa.

Pode-se compreender que a porta da rua é, de fato, a única serventia oferecida ao jovem que completa 18 anos, essa metáfora, nos direciona novamente a Harvey (2014), que identifica que quando a produção da cidade para o capital, atinge corpos que não geram mais um "retorno financeiro", são despejados a uma realidade da qual não tiveram o preparo o suficiente para serem os "empresários de si mesmos".

Ao analisar as trajetórias de P1, P2 e P3 comprova-se que o Estado utiliza a temporalidade do acolhimento institucional, para tratar os jovens sob uma lógica de "utilidade temporária". Enquanto crianças e adolescentes, esses indivíduos são objetos de uma biopolítica de proteção e vigilância. (Foucault, 1999).

Eles são contados, pesados, avaliados e acolhidos nos espaços dos SAICAs, onde sua existência é legitimada através de um viés do sujeito tutelado pelo Estado, mas ao atingirem a maioria, essa "serventia" biopolítica se esvazia, e no outro dia são convidados a se retirarem das instituições. São tratados como meras "manchas", assim como nas figuras apresentadas anteriormente.

A injustiça espacial, portanto, materializa-se no momento em que a "casa" (o Estado/Instituição) fecha as suas "portas" e oferece a "rua" não como um espaço de cidadania e direito à cidade, mas como um local de abandono, descarte e um não-lugar, conforme Augé (1994) define.

Diferente de um lugar que é carregado de história, identidade e relações, o não-lugar é um espaço de passagem, do "ser anônimo" e da ausência de sentimento de pertencimento. Para o egresso institucional, o município de São José dos Campos, após os 18 anos, assume essa característica, eles ocupam as calçadas, a rodoviária e as praças centrais, mas não possuem o direito de se fixar.

Essa condição deslocamento é o que confere à rua o caráter de abandono mencionado no título deste trabalho. O Estado, ao oferecer a rua como a única "serventia" após a maioria, retira do jovem a sua identidade de "sujeito de direitos" e o converte em um "indivíduo em trânsito". Em São José, isso se manifesta na ocupação das áreas de fluxo como a região central, tornando-os egressos que são intencionalmente invisíveis aos olhos do planejamento urbano, pois esse não-lugar não tem como característica a permanência, mas apenas a circulação.

Em todos os diálogos é possível observar que a segregação espacial de Villaça (1998) "território como mercadoria", acaba empurrando os jovens para as regiões periféricas e marginalizadas da cidade, sendo retirado deles a subjetividade construída nos espaços em torno dos serviços de acolhimento e, também, os eximem de não exercer a sua cidadania plena, pois até percorrem um tempo para que tenham conhecimento do espaço eles vivem ali uma "vigorosa alienação", conceito de Santos (1993).

Ao ser descartado em um território desconhecido, esse egresso perde o conhecimento do território e acaba ficando vulnerável, pois ficam sem saber onde estão localizados os lugares de fácil acesso, os serviços, quem são as pessoas “líderes da comunidade”, acaba carregando um sentimento de não pertencimento ao meio onde se vive.

Observa-se nos diálogos que a segregação socioespacial, analisada por Villaça (1998), sob a lógica do “território como mercadoria”, empurra os jovens egressos para as regiões periféricas e marginalizadas de São José dos Campos. Esse deslocamento necessário para a sobrevivência rompe com a subjetividade construída nos territórios de acolhimento, transformando a cidade em uma sequência de não-lugares.

Eles acabam sendo privados do direito à cidade e desconectados de suas identidades, esses jovens são sujeitos a uma “vigorosa alienação”, onde o tempo de reconhecimento do novo espaço é marcado pela desorientação e pela impossibilidade de exercerem a cidadania plena. Enquanto há a omissão estatal e a produção de espaços de não-lugares, jovens como P3 utilizam “táticas” para tentar ressignificar esses espaços através da sobrevivência cotidiana, como a venda de ilícitos no centro para garantir a permanência nesse território.

As cidades são planejadas para que tenham seus fluxos de mercado e lucratividade estabelecidos, nesse contexto, o jovem egresso torna-se um elemento estranho no território que habita. Na lógica analisada de Dardot e Laval (2016), que é a lógica neoliberal, o egresso que não vestir as roupagens da engrenagem capitalista, não possui recursos para “existir”, voltando à reflexão de Mbembe (2018), do Estado que pratica o “deixar morrer” a esse público.

Os dados estatísticos demonstram um fenômeno da diminuição da população jovem joseense que contribui para que esse grupo se torne invisível na gestão pública. Na racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016), o investimento é direcionado para setores de maior retorno visível aos olhos da população e econômico.

Essa omissão também dá para utilizar o conceito de necropolítica de Mbembe (2018), em que esse Estado abandona os sujeitos em territórios de desassistência, forçando-o a negociar a sua própria vida em troca de uma condição de sobrevivência equivalente à sua realidade de vida.

São José dos Campos possui títulos e selos de qualidade “Cidade Inteligente”, assim como mencionado anteriormente, que nesse sentido possui investimento em diversos setores - de interesse governamental -, um desses é o Centro de Segurança e Inteligência (CSI), que funciona operando com câmeras de monitoramento 24 horas e capta imagens de toda a cidade.

No entanto, ao mesmo tempo que observa a “cidade TODA” opera sob a lógica seletiva, a lógica da higienização. Prática da biopolítica de Foucault e da necropolítica, esse monitoramento não se interessa em garantir à população de rua ou aos egressos o exercício da autonomia plena, mas possuem o objetivo de observar quem está nos locais de “tons frios” - conforme a figura 4 - e removerem dali.

Nesse contexto, é importante trazer para a discussão o trabalho desenvolvido pelos profissionais da assistência, pois são ali que vivenciam o cotidiano da proteção e da (des)proteção. Nesse sentido, foi desenvolvido um instrumental técnico para cada jovem acolhido, que se chama Plano Individual de Atendimento (PIA) (também utilizado para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, como liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade (PSC). Esse instrumental foi desenvolvido a partir do ECA, sob a perspectiva da construção da autonomia de cada jovem assistido.

No entanto, a análise das trajetórias de P1, P2 e P3 revela que o PIA possui um “prazo de validade” institucional e que independe de o serviço de acolhimento continuar aplicando na prática.

Até idade dos 18 anos, o jovem é trabalhado em cima de metas: suas vidas são planejadas, seus passos são monitorados e suas metas de “emancipação” são checadas em relatórios trimestrais, encaminhados para os setores de justiça. Contudo, ao soar da maioridade, essa ferramenta de atuação profissional, acaba sendo insuficiente, pois o

Estado, que via instrumental (PIA) exigia que o jovem se tornasse um "empresário de si mesmo", acaba por não oferecer um suporte necessário para sua sobrevivência fora dos muros.

O limite da técnica reside no fato de que o PIA consegue planejar, mas não consegue enfrentar as diversas facetas da segregação aplicadas em São José dos Campos. O técnico do CREAS ou do abrigo pode orientar o jovem a buscar um emprego, mas não tem ferramentas para garantir que o salário obtido seja suficiente para acessar o mercado, a habitação, atendimento assistencial, saúde e diversas outras áreas de direito de viver.

O desligamento é vivenciado não como uma etapa de sucesso do plano realizado técnico e jovem, mas como uma ruptura abrupta onde a "proteção" se converte em abandono/descarte. Para jovens como P2, o período longitudinal do acompanhamento técnico durante o acolhimento não impediu que a sua "autonomia" após seus 18 anos fosse exercida em hotéis precários ou em situação de rua.

A equipe técnica, encontra limite na ausência de uma política urbana que realmente possui interesse em atingir camadas vulneráveis. Sem o "direito a cidade" o PIA acaba se tornando apenas um registro. A "porta da rua" novamente faz com que voltemos à falta de planejamento focado no sujeito e seu território, principalmente, aqui falando, seu território no pós-acolhimento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar as camadas de invisibilidade que estão presentes na trajetória de jovens egressos das instituições de acolhimento em São José dos Campos. A partir do que foi apresentado nesta análise em relação ao desligamento dos jovens dos serviços de acolhimento por maioria, foi possível juntamente com os teóricos verificar que esse desligamento não funciona como um mecanismo de emancipação, mas sim uma expressão de descarte de corpos 'inutilizáveis'.

A “porta da rua”, justificada pelas falas dos participantes, materializa uma ruptura de um vínculo de proteção para o abandono. Nesse novo caminhar, esse jovem passa de um sujeito de direitos, para um sujeito que é levado à sorte. Assim sendo, esse “novo caminhar” faz com que a gestão - que ocorria nas instituições de acolhimento -, passa a ser uma gestão de exclusão, os descartando para regiões periféricas.

O objetivo deste estudo era de investigar como a dinâmica urbana e a omissão estatal convergem para um rito de descarte, confirmando então após o processo teórico e empírico a hipótese de que a maioria para os egressos dos serviços de acolhimento, está longe de ser um rito de autonomia. Longe de encerrar essa discussão, esse estudo propiciou uma abertura à reflexão crítica sobre a temática.

A contradição - uma das - presentes aqui é que a mesma cidade que investe em tecnologias, é a que se omite em relação à população vulnerável. Agindo dessa forma não com neutralidade, mas com um planejamento voltado ao lucro e acumulação, onde o direito de fazer e refazer seu território é negado para aqueles que não possuem poder de consumo. Essa tecnologia que “tudo vê” da “Cidade Inteligente” opta em ignorar o jovem quando ele mais precisa de acolhimento no município e utiliza-se da sua tecnologia para higienizar territórios de maior valor comercial.

Exigir que esse jovem, ao completar 18 anos, seja “transformado rapidamente” em um “empresário de si mesmo”, sem que lhe seja oferecida uma vida com dignidade, configura uma sentença de marginalização planejada pelo governo local. O PIA, no caso do jovem de acolhimento, “evapora” ao completar 18 anos porque a estrutura urbana de

São José dos Campos não acolhe o que o abrigo tentou construir; a cidade nega esse direito de fazê-la e refazê-la.

A análise das trajetórias dos entrevistados (P1, P2 e P3), permitiu compreender que a reinserção social desses jovens não se configura como um caso isolado. Reforçando através de seus relatos que o Planejamento Urbano da cidade não dialoga com as necessidades dos egressos dos serviços de acolhimento, operando sob a lógica de proteção temporária que se encerra compulsoriamente aos 18 anos.

Enquanto a “porta da rua” continua sendo a única serventia oferecida pelo Estado, a cidadania dos egressos em São José dos Campos permanecerá sendo apenas um fluxo transitório em uma cidade que escolheu os vigiar em vez de acolher. A injustiça espacial analisada neste estudo, é o elemento que converge o destino desses jovens.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, J. S. Biopolítica como controle sobre a vida e política de resistência. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 12, n. 1, p. 145-152, 2019.

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papius, 1994.

BRECHT, B. Aos que vierem depois de nós. **Guatá: Cultura em Movimento**. fev.2023. Disponível em: <https://guatafoz.com.br/aos-que-vierem-depois-de-nos/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

BORDE, A.P.L. **Vazios urbanos**: perspectivas contemporâneas. 2006. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 jul. 2025a.

BRASIL. Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**. República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm . Acesso em: 13 jul. 2025b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Brasília, DF: MDS, 2011. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025c.

BRASIL. Decreto nº 5.532, de 24 de janeiro de 1874. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1874. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5532-24-janeiro-1874-550082-publicacaooriginal-65715-pe.html>. Acesso em: 13 jul. 2025d.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009**. Aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento

para Crianças e Adolescentes. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/resolucao-conjunta-n-1-de-18-de-junho-de-2009>. Acesso em: 1 fev. 2025e.

BRASIL DE FATO. **Número de crianças e adolescentes em situação de rua em São Paulo dobra em 15 anos**. São Paulo, 2 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/02/numero-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua-em-sao-paulo-dobra-em-15-anos>. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRET, B. **Notion à la une**: justice spatiale. Géoconfluences. 2015. Disponível em: <https://geoconfluences.ens-lyon.fr/glossaire/justice-spatiale>. Acesso em: 8 nov. 2025.

BUFFA, C. G., PAULI-TEIXEIRA, S. C., ROSSETI-FERREIRA, M. C. Vivências de exclusão em crianças abrigadas. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.12, n. 2, p. 17-34, 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Passeio das Crianças e Adolescentes em comemoração à aprovação do ECA**. Câmara Municipal: Fotógrafo Jango, 12.10.1990 - LF4579. [2017]. Disponível em: <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2017/10/30/passeio-das-criancas-e-adolescentes-em-comemoracao-a-aprovacao-do-eca-camara-municipal-fotografo-jango-12-10-1990-lf4579/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Plano Municipal para a Infância e Adolescência (PMIA)**. São José dos Campos, 2021. Disponível em: [https://www.cmdca.org.br/uploads/arquivo/Plano-Municipal-para-Infancia-e-Adolescencia-PMIA-aprovado_\(880\).pdf](https://www.cmdca.org.br/uploads/arquivo/Plano-Municipal-para-Infancia-e-Adolescencia-PMIA-aprovado_(880).pdf). Acesso em: 29 ago. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA): dados estatísticos**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 1 fev. 2026.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/796096763/Sociologia-da-infancia-William-A-Corsaro-z-lib-org>. Acesso em: 25 ago. 2025.

COSTA, L. P. **Histórias e estórias de São José dos Campos**. São José dos Campos: JAC, 2017. V. 2.

DANNER, F. Foucault e a crítica da modernidade política liberal. **Synesis**, v. 11, n. 2, p. 24–48, 2020. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/1830>. Acesso em: 1 fev. 2026.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEWES, J. O.; NUNES, L. N. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling**: uma descrição dos métodos. 2013. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Estatística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Matemática, Departamento de Estatística. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/93246>. Acesso em: 8 dez. 2024.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GILMORE, R. W. **Geografia da abolição e o problema da inocência**. Disponível em: [GILMORE-R.-W.-Geografia-da-abolicao-e-o-problema-da-inocencia.pdf](#). Acesso em: 13 abr. 2026.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GROPPO, L. A. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO BIXIGA. **Roda dos Expostos**: a instituição mais duradoura destinada à infância pobre e dita abandonada no Brasil. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://institutobixiga.com.br/roda-dos-expostos-a-instituicao-mais-duradoura-destinada-a-infancia-pobre-e-dita-abandonada-no-brasil/>. Acesso em: 20 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São José dos Campos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 fev. 2026.

JANGO (Fotógrafo). **Passeio das crianças e adolescentes em comemoração à aprovação do ECA**. Câmara Municipal, 12 out. 1990. Fotografia. Código de referência: LF4579. Disponível em: <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2017/10/30/passeio-das-criancas-e-adolescentes-em-comemoracao-a-aprovacao-do-eca-camara-municipal-fotografo-jango-12-10-1990-lf4579/>. Acesso em: 1 fev. 2026.

KUSSLER, L. M. Da biopolítica à necropolítica contemporânea: um estudo crítico sobre poder, controle social e exclusão. **Thaumazein: Revista de Estudos da Complexidade**, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/thaumazein/article/view/3866>. Acesso em: 1 fev. 2026.

MALVASI, P. A. **Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo**. 2012. 235 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-09032012-132410/pt-br.php>. Acesso em: 13 abr. 2026.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada no Brasil: séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: Editorial N-1, 2018.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NOVAES, R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Sociologia Especial: ciência e vida**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 6–15, out. 2007.

OLIVEIRA, N. B. M. de. **Muros invisíveis e espaço urbano: a produção da (in)justiça espacial para adolescentes autores de ato infracional em São José dos Campos / SP**. 2024. 147 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2024.

PADRE JOÃO: uma vida de doação. *Jornal Expressão*, São José dos Campos: FUNDEC, s.d. 4 p. Edição especial.

PAPALI, M. A; ZANETTI, V. (coord.). **São José dos Campos: de aldeia à cidade**. São Paulo: Intergraf, 2018. V. 3.

PESSOA, G. T. A. Asilo dos meninos desvalidos. *In: Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/256-asilo-dos-meninos-desvalidos>. Acesso em: 3 ago. 2025.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, 1997. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria15.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2026.

RIZZINI, I. (coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIZZINI, I; RIZZINI, . **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SÃO JOSE DOS CAMPOS. Prefeitura Municipal. **Unidades de Acolhimento Institucional**. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/carta-de-servicos/cidadaos/apoio-social-ao-cidadao/unidades-de-acolhimento-institucional/>. Acesso em: 21 ago. 2025a.

SÃO JOSE DOS CAMPOS. **Lei n.º 10.085, de 17 de fevereiro de 2020**. Institui o Plano Municipal para a Infância e Adolescência (PMIA) no município de São José dos Campos e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São José dos Campos, São José dos Campos, 2020. Disponível em: https://servicos.sjc.sp.gov.br/Legislacao/Arquivos/Leis/2020/LE_2020_00010085.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025b.

SÃO JOSE DOS CAMPOS. **Revisão do Plano Diretor de São José dos Campos**: cadernos de mapas temáticos – leitura técnica socioterritorial. Disponível em: https://planodiretor.sjc.sp.gov.br/resources/uploads/Link/Arquivo/Caderno_Mapas_Tematicos_rev05.pdf. Acesso em: 1 fev. 2026a.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Lei Complementar nº 612, de 30 de novembro de 2018**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos e dá outras providências. Disponível em:

https://www.sjc.sp.gov.br/media/xtghs14u/lc-612_compilada-revisada_665-e-668.pdf. Acesso em: 1 fev. 2026b.

SCHMIDT, L. P. **A (re)produção de um espaço desigual: poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR)**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92378>. Acesso em: 1 fev. 2026.

SOJA, E. W. **En busca de la justicia espacial**. Valencia: Tirant Humanidades, 2014.

UNICEF Brasil. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova Iorque: Assembleia Geral da ONU, 20 nov. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 1 fev. 2025.

APÊNDICE A - ENTREVISTAS

Entrevista P1

Data: Dezembro de 2025

Local: São José dos Campos, SP / Método: Entrevista Semiestruturada

Entrevistadora: Bom dia, como estão as coisas na casa nova?

P1: Ah, daquele jeitão, né? Tá ligada que se as coisas não são do jeito do meu pai, ele vai me tacar pra fora. Sé louco.

Entrevistadora: Mas desde quando você saiu, o que foi que você fez? Foi visitar algum parente?

P1: Sé loco, ninguém me quer. Não me quis até quando eu tava no abrigo, vão me querer agora de maior? Tia, ninguém tá nem aí não... eu tô cheirosa(o)? Fiquei o dia todo na rua, fiquei perto do abrigo, às vezes dá saudade de lá.

Entrevistadora: O que você mais sente falta de lá, "P1"?

P1: Da zoeira, tia, e das tias lá também.

Entrevistador: Consegue me dizer sobre alguma lembrança do abrigo?

P1: Sé louco, perrecagem com [NOME OCULTADO]. Mas sinto falta de tá mais perto aqui do centrão e pá, sair e voltar mais perto do que lá onde eu tô e nem posso sair lá, né? Se não meu pai me breca.

Entrevistador: Como que tá sendo a rotina na casa nova?

P1: Sinto falta, mas pelo menos meu pai, que nunca cuidou de mim, me acolheu, né? Na verdade a 'muié' dele, né?

Entrevistador: E em relação ao uso?

P1: Que jeito? Posso usar lá não. Meu pai [CONTEÚDO OCULTADO], já te falei, tia, e você sabe como é também.

Entrevistador: Sei sim, mas me preocupo com você em relação aos seus projetos de futuro. Você é muito inteligente e me entende.

P1: Tá falando de quem? Do [PARCEIRO], tia? Eu tô de boa agora, sossegada, sé louco. Só não consigo parar de comercializar, a melhor quebra é o centro.

Entrevistadora: Você acha que se tivesse oportunidade financeiramente falando, de ter uma renda, você estaria morando onde você mora hoje?

P1: Se eu falar que não, eu vou tá mentindo. Meu pai me acolheu, né? Ele é difícil, mas tamo lá. Se tivesse grana ia tá fora de São José, na real mesmo. Acho que ia tá em "esse pê" [São Paulo] roletando e tirando um lazer.

Entrevistadora: Ai ai ai, P1, o pouco que te conheço sei bem desse lazer...

P1: Sé louco, tia, parei com isso! Você sabe que eu só usava farinha né? Então.. Pode ir embora? Mó calor aqui... Eu tô fedendo?

Entrevistadora: Pode sim, vamos até lá. Não deixa de me ligar, estou por aqui.

Nota da Pesquisadora: Pouco tempo após a realização desta entrevista, P1 mudou-se para o município de São Paulo. Informações obtidas via acompanhamento da rede de contatos indicam que atualmente está em situação de extrema vulnerabilidade na região central da capital (Cracolândia).

Entrevista P2

Data: Dezembro de 2025

Local: São José dos Campos, SP / Método: Entrevista Semiestruturada

Entrevistadora: Bom dia. Conforme conversamos, vamos falar um pouco sobre a sua trajetória e como tem sido o acesso aos serviços na cidade, tudo bem?

P2: Nasci em janeiro [Rio de Janeiro], mas eu sou criada aqui. Sim. Mas eu preciso da minha nascimento de nascimento [certidão]. To sem nada e preciso dos meus remédio. Marquei o RG pra sexta, mas sem a nascimento não dá, né?

Entrevistadora: Como você nasceu lá, o cartório daqui vai pedir para o de lá. O Rio de Janeiro é longe, então demora. Você vai ter que reagendar o RG no Poupa Tempo. Mas precisamos saber: onde você está morando hoje?

P2: Eu posso ligar pra minha amiga pra ela te explicar? Pode? O nome dela é Fernanda. Ela que vai te explicar a história. Eu vou ligar pra ela... Eu tô dormindo num hotel. A mulher fez 50 reais a diária. Ontem eu não dormi lá, dormi na casa da minha amiga, mas hoje eu vou dormir lá.

Entrevistadora: Quanto tempo você está morando nesse hotel?

P2: Ai não sei, só a Fernanda que sabe...

Entrevistadora: Quem é essa Fernanda? Ela é o seu principal apoio hoje? É importante que você aprenda a responder por si, P2, não apenas através dela.

P2: Ela trabalha na galeria lá no centro. Ela gosta muito de mim, ela me ajuda. É que aconteceu um pior... eu levei um homem lá pra namorar e ele roubou a discreta [bicicleta]. Aí tipo, eu sei, eu tenho que pagar essa dívida. Aí eu fiquei muito nervosa, aí eu voltei pra São José.

Entrevistadora: Você está conseguindo se cuidar? Faz uso de alguma medicação ou acompanhamento?

P2: Claro que tô. Tô no meu remédio. Vou pegar na sexta-feira no algum custo [Almoxarifado/Farmácia]. Mas pra eu pegar, preciso tá com meu documento. Eu tô no Espiritone [Risperidona] e na Quetrimina [Quetiapina]. Eu sempre me protejo. Sem proteção não rola. Eu não sabia que ia chegar a esse ponto do cara levar a discreta. O Rispiredona eu já peguei, onde que é a Delegacia, onde que é a Cadeia, ali na Afonso Pena

Entrevistadora: O morador de rua às vezes não tem higiene, pode passar doenças. Percebemos que você se cuida, mas precisa ter atenção com quem se envolve.

Entrevistadora: Quais são seus planos para sair dessa situação de hotel e rua? Como você se mantém financeiramente? E quais foram seus maiores desafios ao sair do abrigo em relação à moradia e trabalho? Você teve algum apoio nesse momento?

P2: Eu não gosto de ficar em abrigo não, vivo em abrigo desde quando nasci. Gosto de uma kitnet pra mim. Dia 25 agora que eu vou receber, eu vou alugar uma. Eu recebo o BPC, o Loas. Tem um empréstimo também, mas é descontado.

Entrevistadora: Quanto que é descontado?

P2: Ai eu não sei quanto que é.

Entrevistadora: Mas você não sabe quanto você recebe?

P2: Não sei quanto, um menino, uma pessoa que me enganou... acho que tem uns 20 mil pra descontar

Entrevistadora: Quantas parcelas tem?

P2: Ai não sei tá lá parado no banco pagando.

Entrevistadora: Hoje em dia quanto você está recebendo?

P2: Aí não sei... quem sabe é só a Fernanda, eu vou no banco e pego extrato

Eu não posso ficar em abrigo, senão eu perco meu loas. Eu tenho como me manter ne, me manter

Entrevistadora: Não essa informação não conheço

P2: Não lá perto da rodoviária

Entrevistadora: Quem te disse isso?

P2: O apoio social

Entrevistadora: Quem te falou isso?

P2: Na verdade é que eu não gosto de ficar lá no abrigo, eu tenho como me manter né

Entrevistadora: Hoje eu entendo que você não tem o valor cheio do seu benefício, por conta do empréstimo.

P2: Não, ta descontado

Entrevistadora: Você viveu desde criança em abrigo, será que é isso? Quando você estava para sair do abrigo de adolescentes, como se sentiu?

P2: Eu senti medo, né? Porque a gente sabe que tem que sair. As tias me ajudaram no que conseguiram, mas não tinha nada só o Loas. Saí e fui pra rua, pra hotel, pra casa de um e de outro. Ninguém planeja ficar devendo 20 mil e morando em hotel de 50 real a diária.

Entrevistadora: Quanto você recebe de loas?

P2: Não sei, não sei

Entrevistadora: É fundamental que você tenha o domínio das suas coisas, para que ninguém te engane, te ludibrie, pegue alguma coisa sua. Você faz acompanhamento de saúde mental?

P2: Eu passo no psiquiatra e tem a psicóloga online.

Entrevistadora: Não faz acompanhamento no CAPS?

P2: Não já fiz e a história de fazer com todo mundo não dá certo. Eu gosto de falar das emoções. A Sandra, ela não me cobra mais, ela só pode me ajudar. Eu passo no psiquiatra lá perto da rodoviária [Rodoviária].

P2: Tá bom. Eu vou esperar lá na frente. Um negócio aí que tá atrapalhando eu...

Nota da Pesquisadora: O entrevistado P2 evadiu-se do local da entrevista apresentando discurso confuso e sinais de desestabilização emocional, não sendo possível completar o roteiro de perguntas.

Entrevista P3

Data: Dezembro de 2025

Local: São José dos Campos, SP / Método: Entrevista Semiestruturada

Entrevistadora: Bom dia, como você está?

P3: Bom dia só se for pra você, né?

Entrevistadora: O que aconteceu nesse último período que te deixou assim?

P3: Várias fita, que não tô a fim de falar muito não... terminei meu namoro, ele tava me traindo com uma irmã minha. Cê louco. Outra coisa, pra aquele lugar [Fundação Casa] eu não volto mais não, tô bem de boa.

Entrevistadora: Entendi, mas como você está depois de tudo isso?

P3: Péssima, né?

Entrevistadora: Posso te fazer uma pergunta?

P3: Ué, não tô aqui pra isso?

Entrevistadora: Sim..., mas se você quiser podemos encerrar por aqui nossa conversa.

P3: Não, já conversei com tanta gente, que isso aqui pra mim não é nada.

Entrevistadora: Então, podemos falar um pouquinho sobre você? Sua vida?

P3: Então, como todo mundo sabe, até mesmo o juiz, eu completei 18 anos no abrigo e agora não sei pra onde vou... a não ser que eu continue na pensão onde eu tô. Agora faz pouco tempo, né, que vocês sabem que tô recebendo um dinheiro e então com esse dinheiro consigo pagar um lugar pra ficar e nada além disso. Tenho que continuar vendendo você sabe bem o que pra continuar aqui por perto, cresci aqui no centro, como que vou fazer se sair daqui?

Entrevistadora: Mas e sua família? Não aparece?

P3: Que família, tia? Para com isso, eu não tenho. Única família que tenho são as meninas, que são minhas irmãs, e olhe lá.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS

Questionário de Informações Sociodemográficas

1. Idade _____

2. Estado Civil

- () Solteiro(a) () Casado(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a)
 () União Estável () Outro: _____

3. Naturalidade

4. Região que mora na cidade

- () Centro () Norte () Sul () Leste () Oeste () Sudeste
 () Outra: _____

5. Escolaridade

- () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo
 () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo
 () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo
 () Pós-graduação (especificar): _____

6. Atualmente você estuda?

- () Sim. Qual curso? _____ () Não.

7. Exerce alguma atividade remunerada atualmente?

- () Sim. Qual? _____ () Não.

8. Renda pessoal

a) Qual a sua renda pessoal mensal aproximada (em reais)?

b) Essa renda é proveniente de algum benefício de repasse governamental e/ou municipal?

- () Sim. Qual (is)? _____ () Não.

9. Atualmente qual a sua situação de moradia?

- () Própria () Aluguel () Acolhimento Institucional para adultos
 () Outro: _____

APENAS PARA A PESQUISADORA
 CÓDIGO: _____

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista

Experiências e acesso a políticas públicas de jovens egressos do acolhimento institucional em São José dos Campos/SP

1. Como você avalia sua experiência durante o período em que você morou no abrigo?
2. Você consegue lembrar de algum momento que marcou esse período?
3. Quando estava para completar 18 (dezoito) anos, como você se sentiu em relação a isso? Foi uma saída planejada do serviço?
4. Como foi logo após o seu desligamento do abrigo? O que mudou na sua rotina e na sua vida?
5. Você teve algum apoio no período pós acolhimento de algum lugar, amigo, instituição? Se sim, como foi esse apoio?
6. Quais foram seus maiores desafios ao sair do abrigo? (Moradia, trabalho...)
7. Você teve algum apoio ou acesso a um serviço público ao sair do acolhimento? (Saúde, educação, assistência social...). Encontrou facilidade ao acessar ou dificuldades? Quais?
8. Você acredita que as políticas que existem em São José dos Campos atendam às necessidades de pessoas que fazem 18 anos e são desligadas do abrigo?
9. Você consegue pensar em alguma política que seria importante para jovens que deixam o acolhimento institucional?
10. Quais são seus planos e perspectivas para o futuro?
11. Você acha que poderia ter feito algo diferente nesse período que estava para completar 18 anos?

APÊNDICE D – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: CRIAS DE ABRIGO: A EXPERIÊNCIA DE JOVENS EGRESSOS DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA REALIDADE URBANA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Pesquisador Responsável: Mariana Oliveira Matos

Equipe executora: Prof. Dr. Luiz Carlos Andrade de Aquino e Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)

Telefones / E-mails para contato: IPD (12) 3947-1111 – Mariana (12) 99663-7755

Nome do participante: _____
 Faixa etária: _____ anos Telef. e/ou e-mail de contato: _____
 CÓDIGO: _____

O (A) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “CRIAS DE ABRIGO: A EXPERIÊNCIA DE JOVENS EGRESSOS DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA REALIDADE URBANA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP”, sob a responsabilidade da pesquisadora Mariana Oliveira Matos.

Este estudo tem como objetivo compreender os desafios enfrentados por jovens após o desligamento dos serviços de acolhimento institucional, com foco na reinserção social e no acesso às políticas públicas no município de São José dos Campos/SP. **A pesquisa não trará benefícios diretos aos participantes, mas espera-se que evidencie a escassez de políticas públicas específicas para jovens com mais de 18 anos egressos dos serviços de acolhimento, contribuindo para a formulação de políticas e iniciativas que garantam seus direitos.**

Sua participação consistirá na resposta a um questionário sociodemográfico, que coletarão as seguintes informações como idade, estado civil, naturalidade, região onde mora, escolaridade, se estuda atualmente, atividade remunerada, renda pessoal, se recebe benefícios sociais e sua atual situação de moradia. Você receberá uma via impressa deste TCLE e do questionário e em uma entrevista gravada em áudio, com perguntas sobre sua trajetória após o desligamento do serviço de acolhimento. Solicitamos a sua autorização para a gravação em áudio dessa entrevista, que será realizada com um aparelho celular. Os áudios serão utilizados exclusivamente para fins de transcrição e análise nesta pesquisa, armazenados com segurança em pen drive criptografado e em Google Drive institucional, com acesso restrito à pesquisadora, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018). A gravação em áudio é uma condição essencial para a participação na pesquisa. Caso não autorize esse registro, infelizmente não poderá participar, embora a autorização possa ser retirada a qualquer momento.

Durante sua participação, podem riscos como desconforto emocional ao relembrar experiências passadas. Para minimizar esses riscos, a pesquisadora se compromete a realizar as entrevistas em local reservado, a interromper o processo caso perceba sinais de sofrimento, e a garantir a exclusão imediata dos dados coletados caso você deseje encerrar a participação.

Garantimos o sigilo e a confidencialidade das informações fornecidas. As respostas serão codificadas, evitando qualquer identificação pessoal. O código atribuído neste TCLE será utilizado nos demais documentos da pesquisa (resposta de questionário e etc.). Nenhuma informação será utilizada para outras finalidades que não as deste estudo. A qualquer momento, você pode se recusar a participar e se retirar da pesquisa, sem constrangimentos, penalidades ou qualquer prejuízo.

Todos os gastos decorrentes da participação nesta pesquisa, caso ocorram, serão imediatamente e integralmente ressarcidos, incluindo gastos do participante e de quem o acompanhe. No caso de eventual dano, imediato ou tardio, decorrente desta pesquisa, você também tem direito de ser indenizado pelo pesquisador, bem como a ter assistência gratuita, integral e imediata, pelo tempo que for necessário.

Sempre que desejar, você poderá entrar em contato para obter informações sobre este projeto de pesquisa, sobre sua participação ou outros assuntos relacionados à pesquisa, com a pesquisadora responsável ou equipe executora pelo telefone Mariana - (12) 99663-7755. Você também pode entrar em contato com o CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), corresponsável por garantir e zelar pelos direitos do participante da pesquisa, pelo telefone (12) 3947- 1111, pelo e-mail cep@univap.br ou pessoalmente na Av. Shishima Hifumi, 2911, Urbanova – Bloco 11 – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento II, sala 13, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h.

Este projeto foi aprovado pelo CEP - UNIVAP sob o número _____ .

Este termo está elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador, sendo uma das vias entregue ao participante.

Eu, _____, fui informado e concordo em participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa acima descrito.

São José dos Campos, _____ de _____ de _____

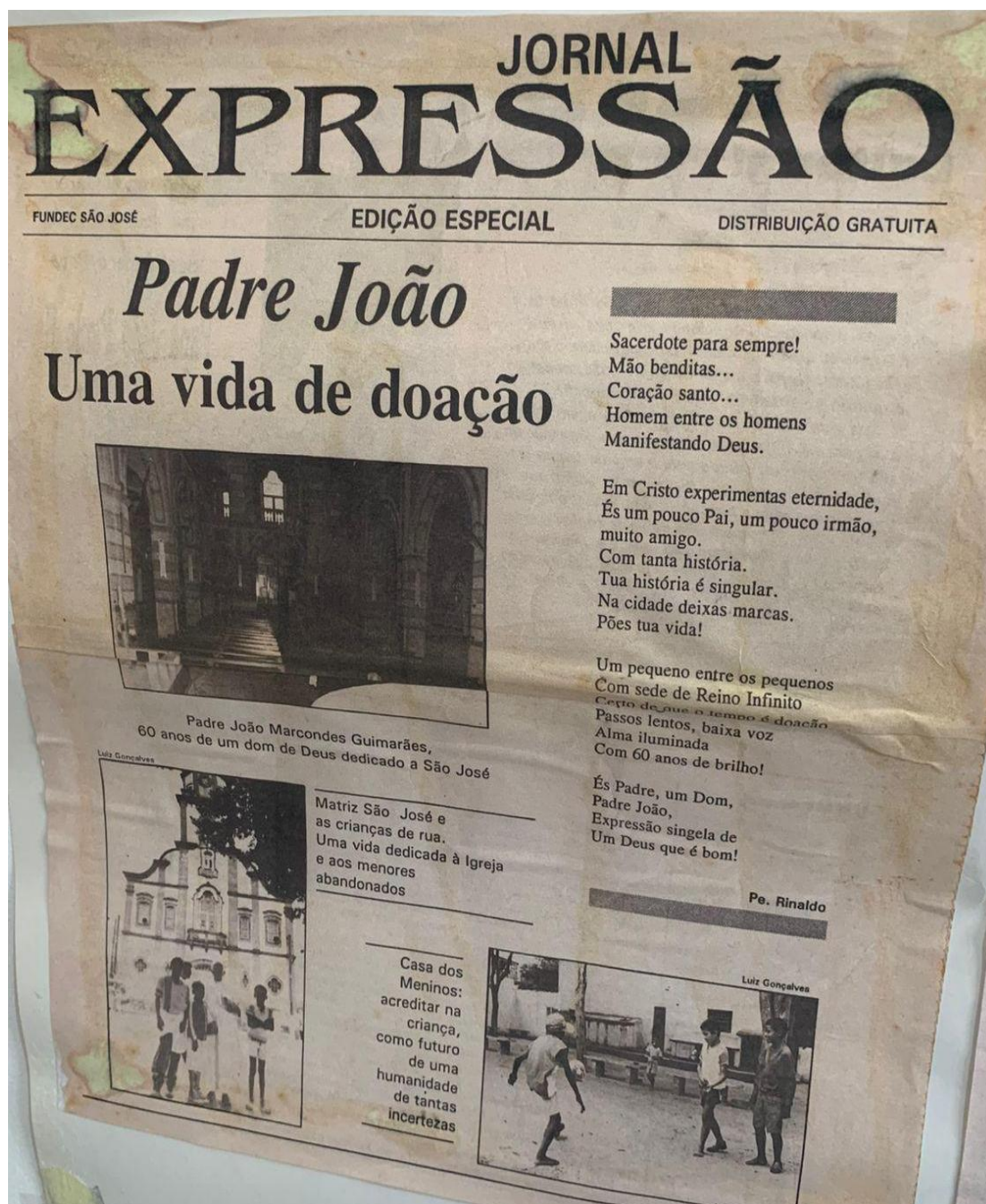
Nome e assinatura do participante

Nome e assinatura do pesquisador

Testemunha

Testemunha

ANEXO A - CAPA DO JORNAL EXPRESSÃO: EDIÇÃO ESPECIAL "PADRE JOÃO –
UMA VIDA DE DOAÇÃO"



Fonte: Imagem da Autora (2025).

ANEXO B - TERCEIRA PÁGINA DO JORNAL EXPRESSÃO: EDIÇÃO ESPECIAL "PADRE JOÃO – UMA VIDA DE DOAÇÃO"

EXPRESSÃO 3

AS OBRAS...

Casa dos meninos

São 23 de anos de serviços aos meninos carentes, numa obra idealizada e realizada pelo Pe. João, inaugurada em 1970. Atualmente, abriga 46 meninos internos, que têm contato com a família uma vez a cada mês, e nas férias e feriados.


A entidade é mantida com doações da comunidade e pelo Pe. João. Atualmente, 3 irmãs da Congregação do Divino Mestre dirigem a casa, contando com o auxílio de um grupo de estagiários, além do trabalho voluntário de profissionais nas áreas de

saúde e assistência psicológica.

Endereço para contato ou doações:
Rua Clemente Ferreira, 140
Tel. (0123) 21-8772
Monte Castelo
S. José dos Campos
CEP: 12.215-330

Agradecemos ao Pe. João seu testemunho de vida sacerdotal em favor dos menores.

Foto: LUIZ GONÇALVES



Internos da Casa dos Meninos: direito de ser criança


Casa das meninas

Atualmente, a instituição abriga 48 meninas, em regime de internato, com idade de 3 a 14 anos. A casa funciona há 12 anos, mantida pela Cruzada Paroquial de Assistência da Paróquia Matriz São José; parte da alimentação é doada pela comunidade. Duas irmãs e uma postulante da Congregação Divino Mestre dirigem a casa. Além de voluntários, médicos, psicólogos e dentistas, um grupo de jovens trabalha na parte educativa e recreativa.

Endereço para contato ou doações:
R. Santa Catarina, 106 V. Maria
Telefone: (0123) 21-1938
São José dos Campos - SP
CEP: 12.209-260

Nós, da Casa das Meninas, desejamos-lhe, Pe. João, muita saúde, agradecendo o apoio às Irmãs do Divino Mestre, pois o senhor tem sido para nós uma pessoa muito especial.

Foto: LUIZ GONÇALVES




Pátio interno da Casa das Meninas, ao lado a novícia Maria Aparecida. (em pé)

Cine Teatro São José

Antigo salão Paroquial da Paróquia Matriz São José, hoje o importante espaço cultural para a cidade de São José dos Campos, até a recente inauguração do Teatro Municipal de São José dos Campos, era o único espaço dedicado ao teatro na cidade. Personalidades importantes da dramaturgia brasileira pisaram o palco do Cine Teatro Benedito Alves.

Atualmente, o Cine Teatro é administrado pela Fundação Cassiano Ricardo, um órgão de cultura da cidade de São José dos Campos.

Foto: LUIZ GONÇALVES



Doação à vida: irmãs franciscanas e algumas crianças

Creche N. S. Aparecida


A entidade conta com 60 crianças de 6 a 18 anos, 40 internas e 20 semi-internas. A creche se mantém com o auxílio da comunidade e recebe apoio da Fundação N. Sra. Auxiliadora, uma entidade dedicada aos menores de S. Paulo. Na direção da casa estão 5 irmãs franciscanas do Sagrado Coração de Jesus. A entidade conta ainda com dentistas e psicólogos estagiários.

São 38 anos de serviço à comunidade.

Endereço para contato ou doações:
Rua Sebastião Humel 780
Telefone: (0123) 21-2708
Centro/São José dos Campos
CEP: 12.210-200

Agradecemos a atenção e apoio, além da assistência espiritual dada pelo Pe. João a esta instituição.

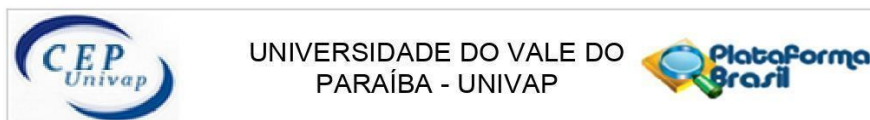
Foto: LUIZ GONÇALVES



Igreja São Benedito: Restaurada em 1951 pelo Pe. João, hoje a Igreja abriga o Museu Municipal de Arte Sacra

Fonte: Imagem da Autora (2025).

ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UNIVAP (CEP – UNIVAP), CAAE: 89229525.2.0000.5503



Continuação do Parecer: 7.761.403

urbano e a produção do espaço no município, bem como as políticas públicas e os significados das experiências dos jovens.

Objetivo Secundário:

¿ Caracterizar a política de acolhimento institucional no município; ¿ Analisar o processo de reinserção social a partir da experiência vivida de jovens egressos do sistema de acolhimento institucional em São José dos Campos/SP, incluindo a análise dos significados de suas experiências nos processos de longa institucionalização; ¿ Identificar e caracterizar a ocupação e a produção do espaço, bem como as políticas públicas existentes no município, que possam influenciar a reinserção desses jovens; ¿ Discutir as potencialidades e as dificuldades vivenciadas pelos jovens pós acolhimento institucional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios se evidenciam pelo seguinte texto:

Riscos:

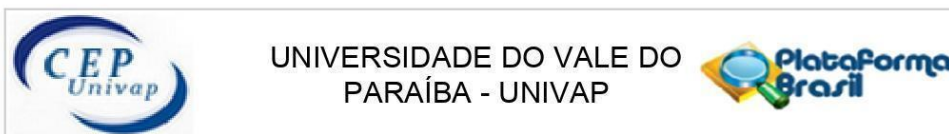
Um dos riscos desta pesquisa é a possível falta de interesse de participação dos jovens, pois compreende-se que há muitas histórias de violências que moldaram suas subjetividades. Essa realidade pode fazer com que não queiram reviver traumas da infância ou da adolescência. O que a pesquisadora tentará minimizar com a explicação clara e objetiva da pesquisa, bem como a confidencialidade de suas participações. Outro risco envolve a possibilidade de despertar de emoções durante as entrevistas, uma vez que memórias e recordações podem surgir no momento da entrevista. Esse risco é de natureza psicológica e para mitigá-los, as entrevistas serão agendadas em locais onde o (a) entrevistado (a) se sinta seguro (a) e confortável. Caso a entrevistadora observar qualquer sinal de desconforto ou sofrimento, interromperá a entrevista e informará novamente ao participante sobre a garantia da confidencialidade das informações já coletadas.

Benefícios:

A pesquisa evidenciará a falta de políticas públicas específicas para jovens com idade superior a 18 anos egressos dos serviços de acolhimento, a fim de identificar as lacunas e necessidades não contempladas. Apoiando a criação de iniciativas que garantam direitos e suporte adequado.

Contribuindo para o campo acadêmico, fornecendo dados relevantes para estudos futuros, e poderá oferecer propostas concretas para a formulação de políticas que atendam às necessidades dessa população em São José dos Campos, além de documentar narrativas e memórias que compõe a história da cidade pesquisada.

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13
Bairro: Urbanova **CEP:** 12.244-000
UF: SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS
Telefone: (12)3947-1111 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 7.761.403

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa se faz importante pela relevância com relação aos estudos futuros e a possibilidade de novas políticas públicas municipais focadas na população da cidade de São José dos Campos, além das possibilidades de registros históricos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Ver em "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Recomendações:

Ver em "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Em parecer anterior, este CEP indicou pendências, agora sanadas. Contudo, este CEP alerta para o indicado nas pendências 3 e 6, para atender à recomendação da Conep sobre não guardar informações em nuvem (Ofício Circular 2/2021/CONEP/SECNS/MS), como forma de minimizar risco de quebra de confidencialidade.

1- Unificar as informações, descrevendo na metodologia qual será a forma de contato com o participante, já que consta apenas no Projeto Brochura e não na Plataforma.

R.: Realizadas/OK

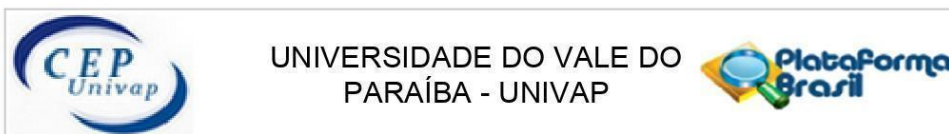
2- Os "panfletos" são apenas formas de contato e divulgação impressos, no formato online (em redes sociais) são denominados de post ou convite online. Assim rever nomenclatura. Deixar claro também de que forma esses jovens terão acesso a sua (pesquisadora) rede de contato para que possam acessar seu Facebook ou Instagram, além de se certificar que estes estão presentes nas redes.

R.: Realizadas/OK

3- Inserir na metodologia do trabalho a necessidade de se utilizar como método de coleta a gravação em áudio, já que não consta no Projeto via Plataforma.

R.: Adequado. Contudo, necessário atentar ao que se refere à forma de armazenamento, já que consta no Ofício Circular 2/2021/CONEP/SECNS/MS diz: "uma vez concluída a coleta de dados, é recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou `nuvem`."

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13
Bairro: Urbanova **CEP:** 12.244-000
UF: SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS
Telefone: (12)3947-1111 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 7.761.403

4- O método descrito no Projeto Brochura "bola de neve" também precisa constar no Projeto Plataforma.

R.: Adequado em todo o corpo do projeto.

5- Explicar de que forma chegou-se a amostragem de 4 participantes em caráter de entrevista.

R.: Adequado em várias partes do Projeto.

6- No TCLE há necessidade de rever os itens 1 e 2 descritos. Estes precisam estar em texto corrido. O item 1 não deve constar no TCLE e sim em seu processo metodológico. Já o item 2 compreende a participação ou recusa, texto este também já contido em outra parte do TCLE. A aplicação do questionário sociodemográfico precisa estar descrito no texto do TCLE não em tópico.

R.: Adequações realizadas, mas ainda necessária adequações futuras quanto a forma de armazenamento do material capturado em áudio, pois consta-se no TCLE os seguinte texto: "Os áudios serão utilizados exclusivamente para fins de transcrição e análise nesta pesquisa, armazenados com segurança em pen drive criptografado e em Google Drive institucional[...]". Segundo O Ofício Circular 2/2021/CONEP/SECNS/MS diz: "uma vez concluída a coleta de dados, é recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou `nuvem`".

7- Descrever também de que forma a pesquisadora irá garantir o sigilo e a confidencialidade das informações fornecidas pelo participante da pesquisa.

R.: Adequações realizadas/OK

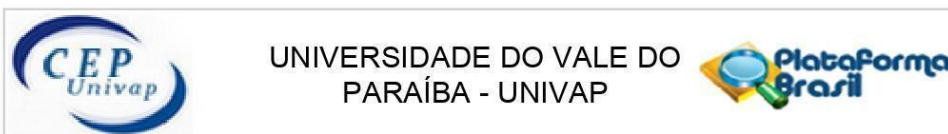
8- Deixar claro, também no TCLE, o que quer dizer no parágrafo: A pesquisa não trará benefícios diretos aos participantes, porém, contribuirá para o aumento do conhecimento sobre o assunto estudado, e, "se aplicável, poderá beneficiar futuros posicionamentos".

R.: Adequação realizada/Ok

9- Detalhar o item desenho com as informações relativas ao projeto/pesquisa.

R.: Adequação realizada/OK

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13
Bairro: Urbanova **CEP:** 12.244-000
UF: SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS
Telefone: (12)3947-1111 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 7.761.403

10- Já na parte referente ao apoio financeiro, detalhar o apoio/custos que será bancado pela FVE e o que será custeado em detalhes, além do que será custeado como financiamento próprio, o qual também consta neste mesmo item.

R.: Adequação realizada como financiamento próprio/OK.

11- Verificar modelo do TCLE contido na página do Comitê.

R.: Adequação atendida/OK 9 arquivos enviados posteriormente de forma separada).

Assim, em observância aos itens 3 e 6 anteriores descritos, mesmo com as adequações realizadas, recomenda-se e sugere-se que em concordância aos itens 3.2 e 3.3 do OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS: "Uma vez concluída a coleta de dados, é recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem"."

Considerações Finais a critério do CEP:

Segundo a Resolução 466/12 (item XI), cabe ao pesquisador "elaborar e apresentar os relatórios parciais e final", sendo esta uma responsabilidade "indelével e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais". VER MODELOS DISPONÍVEIS NO SITE DO CEP-UNIVAP.

A Resolução 510/16, no art. 28, V, reforça que cabe ao pesquisador "apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção."

Segundo a carta circular n. 0226/CONEP/CNS, de 2010, o relatório final deve incluir (veja modelo no site do CEP-Univap):

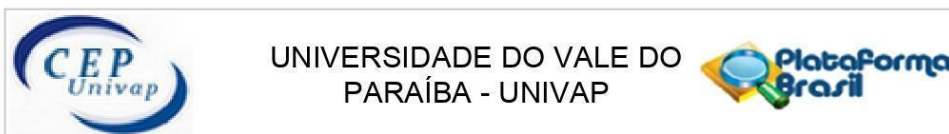
- Dados do projeto: Registro CONEP e

- Título do Projeto e Dados dos participantes: total de participantes recrutados, incluídos, selecionados, excluídos, retirados/descontinuados, concluintes (em cada centro, se for o caso, e no total). Ocorrendo participantes retirados/descontinuados, indicar principais razões disto. Ocorrendo "eventos sérios", indicar as condutas adotadas. Se houve pedido de indenização por danos causados por este estudo, indicar qual o dano e conduta tomada.

CEP-Univap - (12) 3947-1111

www.univap.br/cep

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13
Bairro: Urbanova **CEP:** 12.244-000
UF: SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS
Telefone: (12)3947-1111 **E-mail:** cep@univap.br



Continuação do Parecer: 7.761.403

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Questionario_socio_2025.pdf	31/07/2025 12:12:40	Mauricio Martins Alves	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_19_07_2025.pdf	31/07/2025 12:12:06	Mauricio Martins Alves	Aceito
Outros	POST_19_07_2025.pdf	28/07/2025 20:06:31	Mauricio Martins Alves	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2546461.pdf	19/07/2025 11:06:45		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_19_07_25.pdf	19/07/2025 11:00:31	MARIANA OLIVEIRA MATOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_FORMULARIO_CONVITE_19_07_25.pdf	19/07/2025 10:59:26	MARIANA OLIVEIRA MATOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_19_07_2025.pdf	19/07/2025 10:53:52	MARIANA OLIVEIRA MATOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_BROCHURA_19_07_2025.pdf	19/07/2025 10:51:35	MARIANA OLIVEIRA MATOS	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista.pdf	31/05/2025 17:26:09	MARIANA OLIVEIRA MATOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Mariana.pdf	31/05/2025 17:16:38	MARIANA OLIVEIRA MATOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO JOSE DOS CAMPOS, 14 de Agosto de 2025

Assinado por:
Luciana Barros Sant Anna
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Shishima Hifumi, 2911 - Bloco 11 (IP&D), Sala 13
Bairro: Urbanova **CEP:** 12.244-000
UF: SP **Município:** SAO JOSE DOS CAMPOS
Telefone: (12)3947-1111 **E-mail:** cep@univap.br